



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III – CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS-PORTUGUÊS

ANDRÉIA RAFAEL DE ARAÚJO

**ASPECTOS DE ELABORAÇÃO DA PERSONAGEM ROMANESCA: A
PROTAGONISTA EM *MEMÓRIAS DE BRANCA DIAS***

GUARABIRA-PB
2016

ANDRÉIA RAFAEL DE ARAÚJO

**ASPECTOS DE ELABORAÇÃO DA PERSONAGEM ROMANESCA: A
PROTAGONISTA EM *MEMÓRIAS DE BRANCA DIAS***

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Letras-Português da Universidade Estadual da Paraíba - Campus III, como requisito parcial à conclusão do curso.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Aldinida Medeiros

GUARABIRA-PB
2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

A658a Araújo, Andréia Rafael de

Aspectos de elaboração da personagem romanesca: a protagonista em memórias de Branca Dias / Andréia Rafael de Araújo. – Guarabira: UEPB, 2016.

67 p.

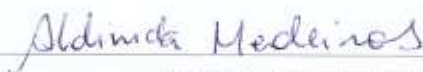
Artigo (Graduação em Letras) – Universidade Estadual da Paraíba.

ANDRÉIA RAFAEL DE ARAÚJO

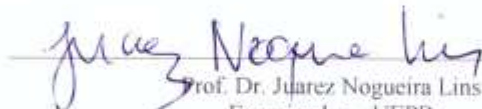
Monografia de conclusão de curso apresentada
ao Curso de Graduação em Licenciatura Plena
em Letras-Português da Universidade Estadual
da Paraíba - Campus III, como requisito
parcial à conclusão do curso.

Aprovada em 21 de outubro de 2016

Banca Examinadora:



Prof.^a Dr.^a Aldinida Medeiros
Orientadora – UEPB



Prof. Dr. Juarez Nogueira Lins
Examinador – UEPB



Prof.^a Dr.^a Luciana Eleonora de Freitas Calado Deplagne
Examinadora – UFPB

GUARABIRA-PB
2016

Dedico ao Supremo Senhor, Deus do Universo e de todas as coisas visíveis e invisíveis; a minha mãe Ana Maria e a minha avó Maria da Conceição (*in memoriam*), mulheres guerreiras em quem eu me espelho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à Deus, que me deu forças e permissão para a realização desse curso;

Aos meus pais, Ana Maria e João Rafael; irmãos, Rafael, Vitória e Paulo; Tia Graça; enfim, a toda minha família, pela ajuda que tanto prezo;

Aos meus avós, Maria da Conceição e José Matias, a quem eu chamo carinhosamente de Mãe Ceição e Pai Mimin, por terem me dado abrigo boa parte do período de estudo.

À professora orientadora a Dr.^a Aldinida Medeiros, pela confiança depositada em mim, no meu trabalho, por ser essa pessoa tão sábia e iluminada. Por ter me apresentado à Literatura Portuguesa, onde eu encontrei meu lugar; também pela oportunidade de pesquisar no PIBIC; e, enfim, por ter compartilhado comigo seu imenso conhecimento, nesse projeto monográfico.

Aos professores que coordenam o projeto PIBID no Campus III, principalmente o professor Juarez Nogueira e a professora Fátima Aquino.

A todos os professores que lecionaram-me ao longo desse curso, os quais direta ou indiretamente ajudaram na minha formação acadêmica;

Aos coordenadores e funcionários do Campus III da UEPB, pela presteza e atendimento.

À professora Dora Justo, pela experiência riquíssima no CEG;

À Capes pela bolsa PIBID;

À Dona Nininha e seu filho Beto pelas inúmeras caronas à Guarabira;

Aos meus correligionários da capela São José e Nossa Senhora das Mercês, pela paciência e compreensão;

E, por fim, mas não menos importante, agradeço aos amigos (as) presentes, que não são em grande quantidade, mas que sabem verdadeiramente o sentido de companheirismo e amor fraterno.

Privar um texto narrativo de personagens significa inviabilizá-lo imediatamente, e por isso a história literária não conhece um único caso de narrativa sem personagens.

Cristina Vieira

RESUMO

Este estudo objetiva analisar a protagonista Branca Dias no romance histórico contemporâneo *Memórias de Branca Dias* (2009) a partir das contribuições teóricas do ensaio *A construção da personagem romanesca: processos definidores*, da ensaísta Cristina Vieira (2008). Além deste ensaio, outros referentes teóricos consultados em relação a esta categoria foram: Aguiar e Silva (2009) e Candido (1985). A partir desta pesquisa bibliográfica entendemos que a personagem é um elemento indispensável na narrativa. O romancista, por sua vez, dá sentido e direciona os efeitos que quer passar ao leitor através de estratégias, e a constrói sobre as vertentes dos processos linguísticos, retóricos, narratológicos, axiológicos e semiótico-contextuais. Vista pelo prisma da metaficção historiográfica, este apresenta processos específicos para enfatizar a ligação daquela com a História. A partir do substrato teórico das relações entre Literatura e História, nosso estudo se direcionará primeiramente para uma discussão acerca da metaficção historiográfica que por natureza questiona, releu, contesta e reinventa a narrativa histórica contemporânea com personagens marginalizadas e esquecidas do discurso historiográfico. Desse modo, nos basearemos em algumas considerações dos teóricos Marinho (1999), Hutcheon (1991) e Puga (2006). Depois, dialogaremos com a história dos judeus em Portugal por meio da visão historiográfica de Paiva e Marcocci (2013) e Wilke (2009), porque a protagonista Branca Dias do romance citado vive neste contexto histórico.

Palavras-chave: Personagem; Branca Dias; Processos Definidores; Romance Histórico.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo analizar el protagonista Branca Dias de nuevos recuerdos históricos contemporáneos de Memórias de Branca Dias (2009) a partir de los aportes teóricos de la prueba A construção da Personagem romanesca: processos definidores, ensayista Cristina Vieira (2008). Además de esta prueba, otros referentes teóricos consultados en relación con esta categoría fueron: Aguiar y Silva (2009) y Cândido (1985). De esta literatura entendemos que el carácter es un elemento indispensable en la narrativa. Novelista, a su vez, da sentido y dirige los efectos que desee mover al lector a través de estrategias, y se basa en los aspectos de los procesos lingüísticos, retórica, narratológica, axiológica y semiótico-contextual. Visto a través del prisma de la metaficción historiográfica, esto presenta casos específicos para enfatizar el vínculo que con la historia. A partir de la base teórica de la relación entre la literatura y la historia, nuestro estudio principalmente lo lleve a una discusión sobre la metaficción historiográfica que, por cuestiones de la naturaleza, la relectura, desafíos y reinventa la narrativa histórica contemporánea con personajes marginados y olvidados del discurso historiográfico. Por lo tanto, en algunas consideraciones vamos a basar en la Marinho teórico (1999), Hutcheon (1991) y Puga (2006). Luego dialogaremos con la historia de los Judios en Portugal a través de visión historiográfica Paiva y Marcocci (2013) y Wilke (2009), porque el protagonista Branca Dias de esa novela vive en este contexto histórico.

Palabras clave: Personaje; Branca Días; Definitorios procesos; Romance Histórico.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES SOBRE O ROMANCE HISTÓRICO	12
2.1 Inter-relações: História <i>versus</i> ficção, algumas considerações	14
2.2 Breve explicação sobre a História dos judeus em Portugal	19
2.3 Esclarecimento-síntese sobre os judeus em algumas narrativas históricas	25
3 CAPÍTULO II – PERSONAGEM: BREVES APONTAMENTOS TEÓRICOS	28
3.1 Tópicos teóricos de esclarecimentos sobre o estudo da personagem	30
3.2 Processos em que a personagem é gerada no romance	32
3.2.1 Os processos linguísticos ao serviço da construção da personagem romanesca	33
3.2.2 Os processos retóricos atribuídos à criação do ser fictício	35
3.2.3 Os processos narratológicos implicados à personagem romanesca	36
3.2.4 A participação dos processos axiológicos na “arquitetura” do ser fictício	39
3.2.5 Os processos semiótico-contextuais ativos na personagem do romance	41
4 CAPÍTULO III – BRANCA DIAS: UMA PROTAGONISTA DE CORAGEM NO ROMANCE DE MIGUEL REAL	44
4.1 O resgate, na ficção, da judia Branca Dias	46
4.2 Elementos definidores da protagonista Branca Dias	51
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	65

INTRODUÇÃO

Este trabalho resulta de um projeto PIBIC intitulado: *Mulheres do povo e mulheres da nobreza: estudo de personagens femininas no romance histórico contemporâneo português*, desenvolvido no período 2013-2014, na Universidade Estadual da Paraíba, no Grupo Interdisciplinar de Estudos Literários Lusófonos (GIELLus). Esta pesquisa bibliográfica, baseia-se, sobretudo, no estudo do romance histórico contemporâneo *Memórias de Branca Dias* (2009) do escritor Miguel Real.

Consideramos ser importante a abordagem sobre romance histórico contemporâneo porque além de muitas publicações nesta área, este subgênero realiza a façanha de trazer em sua intrínseca essência as inter-relações entre a História e a Literatura. O romance histórico surgiu no século XIX, segundo György Lukács (2011), Walter Scott foi seu criador, e vem passando por modificações até hoje. A narrativa histórica tradicional, configurava-se de um pano de fundo histórico a uma criação literária subjacente. Nele as principais personagens eram os vitoriosos da História, enquanto a minoria era sempre esquecida. Por conseguinte, caracterizavam-se de narrativas, nas quais a História ficava quase intacta, privilegiando a linearidade e o impulso de não fugir ao discurso dogmático da Historiografia.

Esse panorama mudou a partir da década de 1970, quando alguns historiadores da *École des Annales* fizeram o mundo repensar o papel do historiador. O fático e ficcional, desde então, apresentaram uma nova perspectiva. Também chamado de metaficção historiográfica, o romance histórico trouxe a reflexão dos esquecidos da História Oficial, através da ironia e da paródia que, por sua vez, ganharam espaço nas entrelinhas romanescas. E mais, muitas das verdades antes consideradas intocáveis, no novo romance histórico são contestadas, questionadas e reinventadas.

Por isso, para além das muitas possibilidades de estudos que o romance pode nos conceder, nossa pesquisa se fundamenta para o ensaio de Cristina Vieira *A construção da personagem romanesca: processos definidores* (2008), no qual a estudiosa abarca a discussão de variados processos que culminam na construção de belas e consistentes personagens de romances. São eles os processos definidores: linguísticos, retóricos, narratológicos, axiológicos e semiótico-contextuais.

A personagem é um importante elemento que caracteriza um romance. A saber que esta não é de uso exclusivo deste, também, existe na novela, na fábula, no teatro, no cinema,

no conto etc., mas é no romance que comporta a mais vasta carga de complexidade e destaque. Pode-se dizer que ela se sobressai e se torna mais importante que o enredo, o tempo, o espaço e o narrador, mas claro que sem esses aspectos inseparáveis de um romance a figura romanesca não alcançaria tal pódio. Por obter tamanha importância, consideramos ser merecido para a personagem romanesca ser alvo de estudo exclusivo.

Desse modo, é a partir dela que podemos entender o desencadeamento do romance, de acordo com Antonio Candido (1985, p. 53), “o enredo existe através das personagens; as personagens vivem no enredo.” Cientes disso, nada mais justo que reconhecer a vasta cadeia de significados e de processos que conduzem-na a tal magnitude. Vieira (2008) levanta uma questão que certamente muitos de nós, hipoteticamente, nunca nos perguntamos: quantos de nós leitores não temos uma personagem que nos fascinou? Mas, será que já nos perguntamos quais estratégias levaram o autor a construí-la de maneira tão sublime?

O romancista, por sua vez, dá sentido e direciona os efeitos que quer passar ao leitor, contando que: “O significado das personagens não é, pois, dado simplesmente pelo autor, mas é construído pela tríade autor/ mensagem/ leitor” (VIEIRA, 2008, p. 34). A interpretação fica por conta do leitor, mas, é certo que toda uma compreensão apreendida desta, antes foi condicionada pelos recursos selecionados e utilizados pelo romancista e que conseqüentemente nos influenciaram para uma determinada visão. A maestria com que o romancista desenha seu ser fictício, também tem a função de embelezar o texto literário e isso também influi na atenção que o leitor atribuirá ao texto. Dessa maneira, fica confirmado que o romancista tem o poder de dominá-lo dando-lhe o relevo que aprouver.

É diante desta perspectiva que vamos investigar quais os processos que constituem a construção da protagonista do romance histórico de Miguel Real: *Memórias de Branca Dias*. Antes tendo consciência que esta figura se encontra verdadeiramente na esfera histórica luso-brasileira. O enredo articula a vida de uma mulher vítima da estigmatização imposta nos séculos XVI-XVII por parte da Igreja Católica, face aos cristãos-novos. Branca Dias, descendente de judeus portugueses, enfrentou, desde sua infância as perseguições por causa de sua origem religiosa. Visto pelo prisma histórico, o estabelecimento da Inquisição em 1536, que atingiu milhares de judeus, dentre eles toda a família de Branca, só veio a confirmar a verdadeira perseguição que os cristãos-novos enfrentariam. Esse é o contexto em que Miguel Real constrói a personagem Branca Dias no discurso ficcional e que nos debruçaremos a encontrar resultados expressivos.

Em virtude disso, no primeiro capítulo abordaremos temas conceituais que cercam o subgênero romanesco aqui analisado. Vamos apresentar uma linha do tempo do romance histórico desde sua origem, seus renomados representantes e seu ressurgimento no mundo hodierno. Além disso, haverá uma discussão acerca da historiografia e metaficção historiográfica. O aporte teórico utilizado foi Marinho (1999), Hutcheon (1991) e Puga (2006). Ademais, será apresentada no tocante a base histórica, uma breve explanação da história dos judeus em Portugal, contexto em que se alicerça o romance escolhido para análise. No que tange a parte histórica da pesquisa, Wilke (2009), Paiva e Marcocci (2013), serão nossas bases teóricas. Outra questão levantada, nesta seção, passará pela demonstração de algumas obras que coincidiram na mesma temática ficcional.

Por conseguinte, os objetivos de nossa pesquisa centraram-se em retomar o que apontaram alguns teóricos sobre a personagem para aplicarmos estas visões teóricas à protagonista Branca Dias, a citar: Cristina Vieira (2008), Aguiar e Silva (2009) e Candido (1985). De tal modo, a direção de nosso estudo, procurará explicar, sucintamente, os diferentes processos que a compõem no gênero citado.

Nessa perspectiva, no último capítulo, analisaremos os processos definidores da personagem Branca Dias, enfatizando os processos linguísticos, suporte onde é exposta ao leitor; os processos retóricos, no qual prevalece a questão dos argumentos, do modo de escritura e de sua desenvoltura; os processos narratológicos, fazendo-se centro do objetivo da tipologia narrativa; os processos axiológicos, enfatizando a carga ideológica, que defendemos ter em abundância nessa obra e, afinal, os processos semióticos-contextuais pertinentes aos elementos dos contextos intratextuais e extratextuais que corroboram nesta elaboração.

CAPÍTULO I
CONSIDERAÇÕES SOBRE O ROMANCE HISTÓRICO

No romance histórico, portanto, não se trata do relatar contínuo dos grandes acontecimentos históricos, mas do despertar ficcional dos homens que os protagonizaram. Trata-se de figurar de modo vivo as motivações sociais e humanas a partir das quais os homens pensaram, sentiram e agiram de maneira precisa, retratando como isso ocorreu na realidade histórica. E é uma lei da figuração ficcional [...] que, para evidenciar as motivações sociais e humanas da ação, os acontecimentos mais corriqueiros e superficiais, as mais miúdas relações [...] são mais apropriadas que os grandes dramas monumentais da história mundial.

György Lukács
(Em: *O Romance Histórico*, p. 55)

2.1 Inter-relações: História versus ficção, algumas considerações

O romance histórico nasceu à luz do Romantismo no século XIX. Segundo nos apontam os estudos de György Lukács (2011), o “pai fundador” desse tipo de romance foi o escritor escocês Walter Scott, com a publicação de *Waverley* (1814). Lukács ainda afirma que obviamente haviam romances com temática histórica, mas, “o que falta ao pretense de romance histórico anterior ao de Walter Scott é o elemento especificamente histórico: o fato de a particularidade dos homens ativos da especificidade histórica de seu tempo” (LUKÁCS, 2011, p. 33). De fato, o romance histórico é um subgênero que desde sua gênese traz problemáticas de classificação, justamente por ter passado por várias transformações. Todavia, para Elisabeth Wesseling (1991) citada por Miguel Puga houveram três fases na história deste subgênero: “O romance histórico *à la Scott*, a imitação deste com algumas variantes e, por fim, as experimentações modernista e pós-modernista” (2006, p. 12).

Pioneiro nessa área, Scott trouxe em seus escritos personagens que representavam o meio social. Para Lukács (2011), o escritor escocês valorizou mais a história dos vencedores, dos grandes nomes da História, personagens nacionais típicas, mas o que interessou ao estudioso foi sua abordagem sobre problemas sociais:

Scott descreve, por intermédio do desvelar das condições reais da vida, da crise realmente vital e crescente da nação, todos os problemas da vida nacional que conduzem à crise histórica por ele figurada. E, depois de nos termos transformado em participantes compassivos e conscientes dessa crise, [...] depois de ter visto como as diferentes camadas da população se comportam em relação a essa crise, somente então o grande herói histórico entra em cena [...] para cumprir sua missão histórica. (LUKÁCS, 2011, p. 55)

Pensando a partir desse excerto, refletimos que, desde o princípio, o romance histórico teve a missão de entrar em contato com o passado de maneira significativa e que desde seu surgimento vem ganhando destaque em relação aos demais subgêneros do romance. Tanto se expandiu esse subgênero que enquanto romance histórico tradicional “os diversos cultores do gênero vão esboçando, mesmo se ainda incipientemente, uma teoria que regerá os seus escritos e os quantos se limitam a reproduzir a moda literária, sem veleidades de originalidade ou inovação” (MARINHO, 1999, p. 17).

Maria de Fátima Marinho (1999) elenca as peculiaridades do romance histórico tradicional, com as seguintes características: constituía-se como um romance que falava essencialmente de um passado histórico, expressivamente, distante do autor; através de dados verídicos o romancista avolumava a história com sua criação literária; as personagens históricas e inventadas atuavam na diegese¹ tanto em primeiro plano como em papéis secundários, porém as históricas sempre figuravam o enredo; os marginalizados, por sua vez, também faziam parte deste ambiente romanesco, “no entanto, estes marginais, além de terem inegável papel nas tramas que se desenrolam, não são nunca personagens principais [...] e, muito menos condicionam a focalização do narrado” (MARINHO, 1999, p. 23); a descrição da época e os detalhes do tempo narrado ganhavam várias páginas do romance para dar credibilidade à obra.

Tamanha evolução e destaque da narrativa histórica, a partir de Scott, permitiu uma amplitude que remeteu a um *continuum* “[...] pois o que a história tradicional quer apagar são os buracos da narrativa que indicam tantas brechas possíveis no *continuum* da dominação” (GAGNEBIN, 2007, p. 100; grifo da autora). E, graças ao novo modo de pensar a História que a *École des Annales*² trouxe para a contemporaneidade, essa continuação ficou por conta do romance histórico pós-moderno ou contemporâneo, que, por sua vez, ganhou novos contornos em comparação ao seu antecessor. Sua essência continuou intrínseca, a respeito da relação da ficção com a História, mas agora amadurecido o romance histórico contemporâneo conta a história de maneira a não fugir dos questionamentos que pairam na História Oficial.

Esse novo jeito de contar a história apresentou diferenças do modo tradicional, principalmente em relação às personagens marginais que agora têm espaço mais significativo, isto é, a história dos vencidos, dos massacrados, dos esquecidos, dos estigmatizados, é tema central das narrativas contemporâneas. Segundo Jeanne Marie Gagnebin (2007, p. 43), Walter Benjamin já refletia desde os anos 1930, sobre a importância de retratar a história dos excluídos:

¹ Segundo nos trazem Carlos Reis e Ana Cristina M. Lopes (2007) no *Dicionário de Narratologia*, “Na obra *Figures III*, G, Genette utiliza o termo **diegese** como sinónimo de história. [...] Genette julga pertinente a transposição do termo diegese para o domínio da narrativa verbal: diegese é então o universo do significado, o <<mundo possível>> que enquadra, valida e confere inteligibilidade à história.” (REIS; LOPES, 2007, p. 107-108; grifo dos autores)

² A *École des Annales* foi fundada em 1929 pelos historiadores franceses Marc Bloch e Lucien Febvre. O lançamento da Revista *Annales d'histoire économique et sociale* introduziu no meio acadêmico novos rumos para a História, ampliando o campo de discussão para além das Ciências Sociais trazendo a inovação do ramo da interdisciplinaridade (História, Psicologia, Geografia, Sociologia, Economia etc.).

Este tema da criação sofredora e da natureza decaída prenuncia, já no livro sobre o barroco, a ideia cara ao Benjamin dos anos 30 de uma história dos excluídos, dos esquecidos e dos vencidos, que a crítica filosófico-histórica deve extrair por debaixo da camada terrosa da história oficial. (GAGNEBIN, 2007, p. 43)

Destarte, o que prevalecerá no romance histórico contemporâneo é a ironia, a paródia, a possibilidade de haver outras verdades. Questiona-se incessantemente o discurso do historiador tomado como verdade. Mas, a verdade é um ponto de vista, por isso tanto o discurso histórico, como o literário configuram-se como verdades em seus determinados campos de atuação.

Segundo Marinho (1999) o romance histórico, tanto tradicional como contemporâneo, comporta uma vasta teoria a ser estudada e quanto mais aprofunda-se nesse estudo, mais se encontram possibilidades de novas leituras para a história. Por esse motivo, tornou-se um subgênero atrativo. Vários estudiosos se dedicam ou dedicaram-se pesquisando e escrevendo sobre o romance histórico, a citar György Lukács. E na contemporaneidade podemos citar com ênfase as estudiosas, Linda Hutcheon, com a teoria da metaficção historiográfica, Maria de Fátima Marinho, além de Elisabeth Wesseling. Mas, o que dizem esses teóricos a respeito do romance histórico?

György Lukács (1962) citado pela ensaísta Linda Hutcheon, primeiramente, reflete que “o romance histórico poderia encenar o processo histórico por meio da apresentação de um microcosmo que generaliza e concentra. Portanto, o protagonista deveria ser um tipo, uma síntese do geral e do particular” (1991, p. 151). O romance histórico representava a história de uma nação, as lutas, as derrotas, as vitórias e todo um aparato significativo da identidade de um povo, ou mesmo silenciado pela História. Desse modo, “[...] somente esses destroços, esses fragmentos dispersos de uma totalidade, reconhecida como sendo enganosa, deixam entrever o esboço de uma outra realidade, redimida” (GAGNEBIN, 2007, p. 46). Neste sentido, Hutcheon relata que “a metaficção historiográfica procura desmarginalizar o literário por meio do confronto com o histórico, e o faz tanto em termos temáticos como formais” (1991, p. 145).

Nas palavras de Marinho: “Trata-se de um gênero híbrido, na medida em que é próprio da sua essência a conjugação da ficcionalidade inerente ao romance, e de uma certa verdade, apanágio do discurso da História” (1999, p. 12). A partir desse fragmento vemos o dilema que paira perante este subgênero: a mescla de ficção e História, num único texto. Essas são as principais características para classificar um romance de histórico. Porém, a mistura desses

campos traz um paradoxo, se na ficção predomina-se indiscutivelmente a verossimilhança, como pode haver um discurso dito como real? A resposta fica por conta de Linda Hutcheon: “Considera-se que as duas formas obtêm suas forças a partir da verossimilhança, mais do que a partir de qualquer verdade objetiva” (1991, p. 141).

Mas, o texto de natureza histórica, aqueles baseados no registro de fatos ou acontecimentos da realidade, não tem propriamente esse privilégio de, por exemplo, incluir um discurso literário no seu próprio discurso, dado que sua função maior é lidar com a verdade absoluta, muitas vezes comprovadas a partir de documentos oriundos da ocasional época, mesmo sabendo que a verdade é um ponto de vista.

Já na dualidade contida na narração, esse jogo entre o fatural e o ficcional pode até gerar problemáticas e questionamentos, porém o contributo maior do romance histórico contemporâneo pode ser o de nos ajudar a compreender melhor esse tão complexo subgênero que questiona a História através da ficcionalidade. Função esta que compete única e exclusivamente ao romancista. Assertiva reafirmada por Puga:

O autor não consegue, premeditadamente, fugir ao comentário ficcional dos fatos narrados, enquanto um historiador não pode falar na hipocrisia dos fatos e das ideias de figuras no passado, uma vez que tal prerrogativa pertence ao romancista. (PUGA, 2006, p. 6)

A metaficção historiográfica, uma teoria discutida por Linda Hutcheon (1991) a partir do ensaio *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*, compreende em um texto ficcional que comporta-se como questionador, isto é, o romancista, por sua vez, tece comentários críticos na sua narrativa, ora parodiando, ora ironizando algum recorte da História que lhe causou interesse. Em *Memórias de Branca Dias* (2009), o romancista reproduz como pode ter sido a fuga de Branca Dias ao Brasil. Na obra Miguel Real traz a hipótese de ela ter fugido em um navio negreiro, para não correr o risco de ser presa novamente pelo Santo Ofício:

O mestre-negreiro fazia escala em Lisboa, deixava metade da carga para o Conde Unhão, o Grande Unha, como era conhecido na Costa do Castelo, foi dos primeiros fidalgos a fazer tráfico de escravos, o mestre deixou duzentos escravos no cais da Ribeira e levava outros tantos para o Pernambuco. Eu entrei de noite, num batel mal calafetado, com água até os calcanhares, a Beatriz aos gritos, apavorada, os outros seis agarrados a mim, a Guiomar fincou as unhas nas minhas coxas que me arranhou toda, o Jorge apertou-me os joelhos, ia-me fazendo tombar, tive de lhe dar um chapadão, e como dei a um dei a todos, para não gritarem nem chorarem, tinham medo do mar, também eu, mas uma mulher tem que se aguentar. (REAL, 2009, p. 23)

A historiografia nem sempre traz toda a verdade em seu discurso. Muitas vezes, o historiador movido por questões políticas pondera sobre aquilo que poderia afetar uma classe superior. Nisto, a escrita histórica deixa algumas frestas que só na metaficção historiográfica podem ser revistas. Um livro literário abordando sobre alguma parte da história às vezes pode nos ensinar mais que um livro de história, afirmava Alexandre Herculano, dizendo que “Walter Scott [...] ensinava mais do que os historiadores”, conforme elucida Marinho (1999, p. 15). Porque o historiador cumpre, de certa forma, um ditame de revelação da História, o que pode e o que não pode dizer sobre determinado fato, não depende exclusivamente dele. Muitas vezes verdades importantíssimas foram encobertas para não acusarem os verdadeiros culpados de algum acontecimento peculiar.

Neste sentido, a metaficção historiográfica nos concede uma oportunidade de questionar a verdade absoluta que se prega. A crítica a fatos passados pode, dessa forma, ocasionar uma reflexão no tempo presente, erros cometidos anteriormente podem ser evitados ou revistos pela ótica do agora. Portanto, “entre outros traços, o romance histórico reinventado para pós-modernos pode misturar livremente os tempos, combinando ou entretecendo passado e presente; exibir o autor dentro da própria narrativa” (ANDERSON, 2007, p. 217) com os comentários metaficcionais, carregados de paródia e de ironia. Marinho (1999) nomeia de auto reflexividade, o que Hutcheon (1991) enfatiza ser metaficção historiográfica, a oportunidade de visitar o passado por meio do texto ficcional e empregar falas contestadoras fazendo uso, premeditadamente, da ironia.

Corroborando com essa meta, o romance histórico contemporâneo conta, ainda, com a focalização múltipla, visto que: “A mudança, por vezes, constante de focalizadores, relatando cada um a sua versão da História, dá a medida exacta da precária verdade do passado” (MARINHO, 1999, p. 41). Isto ocorre por meio das focalizações externa e onisciente. Todos esses focos narrativos são propostos pelo narrador e por personagens que ganham voz no romance. No primeiro foco narrativo, o externo, apenas sabe-se o superficial, é na voz das personagens que imperam a ironia, revelando assim o teor do histórico e da ficcionalidade. Já na segunda focalização, a onisciente, o narrador conhece todos os fatos e não perde em questões de ironia. É dessa forma que nascem romances históricos contemporâneos repletos de histórias alternativas e de reflexões nunca vistas no campo historiográfico, e são as personagens marginais que ressoam, veementemente, nesta diegese.

2.2 Breve explicação sobre a História dos judeus em Portugal

Considerando que o nosso objeto de estudo é essencialmente a protagonista da obra *Memórias de Branca Dias* (2009) de Miguel Real, não podemos fugir aos fatos que nos direcionam ao recorte importantíssimo da história luso-brasileira: a história dos judeus em Portugal e o funcionamento do Tribunal da Inquisição no tocante à perseguição aos cristãos-novos, em Portugal e na colônia portuguesa. No livro citado, o narrador retrata ironicamente sobre a história de uma cristã-nova chamada Branca Dias, perseguida por ter o sangue “impuro” da nação judaica, por que “a questão não era apenas ideológica, religiosa e social. Era também um problema de sangue” (PAIVA; MARCOCCI, 2013, p. 175). Nessa obra o andamento da história dos judeus já se encaminha na perseguição inquisitorial dos séculos XVI-XVII. O Santo Ofício já é narrado como estabilizado e atuante na sociedade portuguesa.

É interessante notar que nessa seção recorreremos ao discurso dos historiadores justamente para fundamentar nossa comparação com a ficção elencada, essa prerrogativa enfatiza “a importância de se conhecer a História, bem como a carga ideológica da textualização e da reescrita da mesma” (PUGA, 2006, p. 73). Salientamos ser cabível a procedência do estudo da historiografia, porque, enquanto conhecedores dos feitos da História Oficial, poderemos comparar o discurso oficial ao discurso da narrativa histórica, esta que possibilita uma releitura do primeiro. Por esse motivo, a metaficção historiográfica lida com a historiografia de maneira questionadora, nunca como uma verdade cristalizada.

O estudo de Carsten Lorenz Wilke, *História dos Judeus Portugueses* (2009), voltado inteiramente para o lado histórico, apresenta-nos a trajetória dos judeus em terras portuguesas, mesmo antes da formação do reinado lusitano. As primeiras palavras deste ensaísta vão mencionar as duvidosas origens do aparecimento de judeus em terras lusitanas. Uma das lendas exemplificadas relata a vinda de judeus refugiados logo após a conquista de Jerusalém pelo rei Nabucodonosor em 587 a.C., porém nenhuma dessas histórias apresentaram provas concretas de veracidade.

Historicamente, o registro da existência de judeus no território lusitano e ibérico já remonta à Antiguidade, mais especificamente ao século II, constatada pela descoberta de uma sepultura de um judeu imigrante da Palestina, que viveu em Mérida – cidade da Espanha vizinha a Portugal – com sua família. Em subsequência, no século IV, é atestada a primeira

atitude antijudaica, “os bispos ibéricos, [...] tentaram impedir práticas que pareceram testemunhar uma boa vizinhança entre judeus e cristãos” (WILKE, 2009, p. 14).

Nos séculos VI e VII, já houve “a primeira tentativa de forçar os judeus peninsulares a escolher entre o batismo e a emigração” (WILKE, 2009, p. 15). Em contrapartida, a comunidade judaica foi crescendo consideravelmente em várias partes do reino:

Encontramos menção a uma presença judaica aquando da reconquista cristã das cidades de Coimbra (878), Santarém(1147), Évora(1165), e Beja (1179). [...] Notemos que estas quatro cidades luso-islâmicas habitadas por judeus são de fundação romana e estão situadas no interior do país, na proximidade da fronteira com a Cristandade. (WILKE, 2009, p. 17)

Sabendo disso, não se pode negar a verdadeira contribuição que os seguidores da tradição dos hebreus deixaram em Portugal. Em relação à contribuição administrativa, o historiador Joaquim Veríssimo Serrão, nos diz que “cabe um breve comentário à acção dos judeus que já existiam em Portugal quando da fundação da Nacionalidade” (2009, p. 193), pois no reinado de Afonso Henriques, no qual se viu mais tolerância, possivelmente em função da época ainda distante da Inquisição, os judeus assumiram altos cargos.

Desse modo, perante a existência de tamanha população, num período entre o século X ao XIII, a geografia do judaísmo português se alterou consideravelmente. Foi afetada principalmente pela perseguição do reino vizinho, Espanha, ocasionando numa grande demanda de judeus fugidios imigrados. Entretanto, é no século XIV que a população judaica se multiplica de maneira assustadora em Portugal, fato ocasionado devido o decreto espanhol dos Reis Católicos, que expulsou tais habitantes do seu país. Por isso, o rei português, aproveitou-se da situação crítica adotando uma política de proteção aos judeus, mas esta atitude tinha como principal objetivo os benefícios financeiros que a presença judaica traria para o reino, refletido em impostos altos pagos à Coroa. Wilke, no excerto abaixo, relata a atitude da Monarquia Portuguesa quanto a este fato:

Essa imigração em massa marca o apogeu da política do acolhimento dos reis portugueses face aos judeus, e o prelúdio da inversão, que deveria produzir-se a partir do ano seguinte. Em todo caso, a evolução do judaísmo em Portugal, de 1140 a 1492, mostra uma ascensão demográfica contínua, caso excepcional na Europa Ocidental. Numa época em que as condições de vida dos judeus desagradavam dramaticamente em Inglaterra, em França, em Império Germânico e em Espanha, para acabar, na maior parte dos casos, na expulsão total, Portugal ofereceu [...] um porto de abrigo aos refugiados. A Coroa compreendeu muito rapidamente o benefício científico, administrativo

e financeiro que poderia retirar dos judeus imigrados. (WILKE, 2009, p. 22-23)

Dos séculos XIV e XV em diante, os massacres e as legislações antijudaicas já circundavam Europa afora, mas Portugal ainda permanecia numa posição estática e positiva, quanto ao acolhimento dos judeus, em contrapartida essa “boa ação” tinha um objetivo subliminar, pois assim “como no resto da Europa, os reis utilizavam os rendimentos que recebiam dos <<seus>> judeus pelas transações financeiras que estes levavam a cabo, fazendo deles beneficiar os membros da casa real ou da nobreza” (WILKE, 2009, p. 29).

Esse contexto de “proteção e acolhimento” aos judeus portugueses, não foi o bastante para impedir a criação e atividade do Tribunal Inquisitorial, que mais tardar se instalaria. O Tribunal Eclesiástico português teve forte influência do Estado espanhol, que rigorosamente punia e penitenciava quem comungava da fé hebraica. No reinado de D. Manuel I, essa influência circundava, dado que esse monarca negociava um contrato de casamento com a filha dos reis católicos castelhanos. Nesse contrato nupcial uma das condições atestava a expulsão dos judeus instalados em Portugal. Só assim se concretizaria o casamento. Esta condição, mexeu, indubitavelmente com a política régia manuelina,

O rei parece ter estado perfeitamente consciente do prejuízo que a partida dos judeus causaria ao tesouro real: não apenas perderia uma importante fonte de rendimentos, via imposto, mas teria ainda de indemnizar os senhores que até aí recebiam tributos pagos pelos judeus. [...] Parece que, já no momento de promulgar o decreto ou poucos dias depois, o rei havia decidido forçar os judeus ao baptismo. (WILKE, 2009, p. 63)

Diante dessa atitude, o batismo forçado acarretou conseqüentemente em milhares de judeus “convertidos” ao Cristianismo, mas sem nenhum conhecimento ou instrução quanto ao repentino modo de exercer outra religião (PAIVA; MARCOCCI, 2013). Por esse motivo, a temida perseguição tomou forma no contexto Portugal do século XVI, o povo mais estigmatizado socialmente eram os cristãos-novos, o massacre de 1506³ é um fato que comprova isso. Com efeito, a política imposta por D. Manuel, “foi descrita como um

³ O historiador Wilke (2009, p. 79), relata o massacre de 1506 desta forma: “No domingo à tarde, dia 19 de Abril de 1506, enquanto um ajuntamento de fiéis estava prosternado em delírio mítico frente ao crucifixo resplandecente, um cristão-novo que entrara na igreja teve a imprudência de notar que havia uma vela atrás do vidro. Acusado de blasfêmia, foi imediatamente linchado pelos presentes. Dois dominicanos percorreram sobre as ruas de Lisboa, apelando aos bons cristãos que vingassem o sacrilégio. [...] Os amotinados neutralizaram alguns agentes de justiça que não tinham deixado a cidade e depois lançaram contra a população de cristãos-novos uma matança selvagem, acompanhada de pilhagens e violações. As vítimas, mortas ou vivas, foram arrastadas para as grandes fogueiras; [...] Ao cabo de três dias, quando pelo menos já dois mil cristãos-novos tinham perdido a vida, a justiça real retomou com dificuldade o controle da cidade.”

<<religiocídio>> ou <<etnicídio>> pois visava abolir a identidade sociocultural dos judeus, deixando-os fisicamente em vida” (WILKE, 2009, p. 71). Todavia, não é na atuação desse monarca que a Inquisição se instaura, foi o seu sucessor, D. João III que permitiu sua efetivação. Em 1531 após o sismo, sob pressão dos seus correligionários, da sua esposa D. Catarina de Áustria e da corte em peso, solicitou a primeira bula ao papa, porém,

graças à venalidade dos membros da cúria romana, os cristãos-novos conseguiram num primeiro tempo atrasar a criação do tribunal. Depois do seu representante, Duarte da Paz, diplomata talentoso, ter distribuído aos prelados romanos grandes somas de dinheiro, o papa concedeu, em 7 de Abril de 1533, um primeiro <<perdão geral>>, que amnistiava todas as faltas anteriores a essa data, anulava a legislação portuguesa sobre as incapacidades civis dos neófitos e conferia ao nuncio apostólico exclusiva competência em matéria de heresia. (WILKE, 2009, p. 81)

Mesmo diante de tantos esforços, três anos depois, em meados de 1536, o Santo Ofício foi legalmente instaurado no país. Houveram variações quanto a atuação do Tribunal Inquisitorial. Em 1539, ganhou força com a nomeação de inquisidor-geral D. Henrique, irmão do monarca, de acordo com Paiva e Marcocci (2013, p. 35), verdadeiro fundador e impulsionador da Inquisição portuguesa “quer em relação à organização institucional e à política de atuação, quer quanto à afirmação do seu poder na Igreja e na sociedade”. Em 1544, o papa Paulo III suspendeu a bula de atividade, pois os acusados alegavam abuso de poder. Nada adiantou, nos anos posteriores, o Santo Ofício retornou à ativa, e mais rígido que antes, com plenos poderes para a confiscação de bens:

Afirmou-se, por vezes, que o confisco sistemático dos bens constitui uma forma de redistribuição das riquezas em benefício as elites tradicionais. Fornecia à Inquisição portuguesa um notável poder económico, permitindo-lhe criar uma rede de comissários e <<familiares>> entre as elites cristãs-velhas e obter em aliança os favores do povo graças à celebração de autos-de-fé espetaculares. (WILKE, 2009, p. 86)

A partir dessa cronologia, vê-se que o alvo principal do Tribunal Eclesiástico português foram os cristãos-novos, porque visto pela ótica da motivação religiosa, o Tribunal e a população entendiam que, mesmo convertidos, os cristãos-novos judaizavam, ou seja, acreditava-se que muitos desses novos cristãos praticavam sua fé às escondidas, enquanto que para sociedade diziam-se assíduos cristãos. Por outro lado, acredita-se que o interesse econômico assumiu talvez o patamar mais importante, pois desde muito cedo a Coroa e a Igreja Católica reconheceram o poderio econômico dos judeus.

Mas, falar em judeus é falar de Inquisição? Talvez, no senso comum, pensa-se quando se fala em Inquisição consta repentinamente uma intensa perseguição aos judeus, o que em partes é certo. Porém, o Santo Ofício arquitetava planos mais ambiciosos:

O Santo Ofício visava mais amplos horizontes para além da punição dos cristãos-novos, [...] procurou igualmente vigiar e conformar a religião, a cultura e a sociedade. Mudar o reino, arrancando-lhe os pecados e sincronizando-o com os cânones da verdade da fé, tal como preceituada pela Igreja católica romana. (PAIVA; MARCOCCI, 2013, p. 77)

Muitas vezes caímos na tentação de achar que quando se fala em judeus, automaticamente direciona-se para questões inquisitoriais, mas o Santo Ofício não era sinônimo de perseguição exclusivamente judaica, como já foi dito. Na lista de alvos a serem perseguidos pelo Tribunal Católico também incluíam-se: os sodomistas, os gays, as “bruxas”, os protestantes, os hereges e os curadores. Na verdade, qualquer indivíduo que cometesse os “crimes” de blasfêmia, bigamia, feitiçaria, heresias, desvios sexuais e sodomia⁴, estavam à mercê da “Justiça Secular”, pois nada escapava aos olhos vigilantes da Inquisição. Na verdade, “a intervenção do Santo Ofício não se limitou a repressão. Ela contribuiu para a reinterpretção e transformação de algumas práticas e convicções” (PAIVA; MARCOCCI, 2013, p. 101-102).

Algumas das penas aplicadas aos réus, principalmente aos cristãos-novos, consistiam em: prisões, degredos, trabalhos forçados, açoites públicos, confisco de bens, abjuração nos autos-de-fé, e em últimas instâncias o flagelo na fogueira (CALAINHO, 2011). No caso dos cristãos-novos, antes eram expostos a vigilância constante, denúncias sem fundamentos e interrogatórios que culminavam em torturas desumanas. Mesmo inocentes, adaptados aos costumes cristãos, eram redondamente acusados de negarem a fé católica. Nos processos, eram obrigados a reconhecerem culpados mesmo se não os fossem. Não havia perdão, o Tribunal Católico disseminava “o sentimento [...] de que não se podia baixar a guarda. O reino estava infestado de judaizantes” (PAIVA; MARCOCCI, 2013, p. 159).

Convém esclarecer o que vinha a ser esse Tribunal religioso. O Santo Ofício foi criado pela Igreja Católica na Idade Média e surgiu com a finalidade de reprimir qualquer comportamento que não traduzisse uma fé genuinamente cristã. Seu objetivo primordial era eliminar as heresias e preservar o Catolicismo, acima de tudo: “A aceitação do catolicismo impôs-se como a via principal para a inclusão na sociedade imperial, debaixo de um

⁴ Pesquisa e texto de Gefferson Ramos e Rodrigo Elias, na *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 2011, p. 33.

proselitismo cada vez mais agressivo, destinado a extirpação de outros cultos [...]” (PAIVA; MARCOCCI, 2013, p. 111). Sobre a origem deste tribunal, o historiador Alexandre Herculano, relata que:

Surgiu no seio do catolicismo durante o século XIII, e que veio com o nome de Inquisição ou Santo-Ofício, a cobrir de terror, de sangue e de luto quase todos os países da Europa meridional e, ainda, transpondo os mares, a oprimir extensas províncias da América e do Oriente. (HERCULANO, 2009, p. 22-23)

O pensamento alienado que a Igreja Católica disseminava na cultura popular era que “o juízo da Inquisição era o certo. Por ele se devia pautar a religião de todos os portugueses” (PAIVA; MARCOCCI, 2013, p. 90). Outro fator que caracterizava o Tribunal era privação do conhecimento, pois estando sãs da totalidade da doutrina, o povo teria meios de contestar e o Tribunal Inquisitorial não queria que se tomassem esses rumos, ou seja, conhecimento detido, povo subordinado e fácil de manobrar ideologicamente. O sistema religioso chegou até a formular normas para a interdição de leituras suspeitas de heresias conjuntas em entrelinhas. A voz da Igreja era a de sabedoria, as demais, incluindo as de Martinho Lutero, eram vetadas e classificadas como heréticas. A igreja temia que a grande demanda de seus fiéis se deixassem iludir pelas crenças alheias.

Segundo José Pedro Paiva (2011) na Revista de História da Biblioteca Nacional, no medievo houve a Inquisição romana, no berço do Catolicismo; também a espanhola, muito estudada na contemporaneidade; a francesa; e na Era Moderna se estabeleceu a Inquisição portuguesa, fonte de nosso estudo. O Santo Ofício português nasceu à luz do Renascimento, como nos aponta Paiva e Marocci (2013), e teve seu declínio em 1821. A Idade Média já estava nos seus últimos fôlegos, mas a influência de um Santo Ofício à moda da Espanha rondava os ideais portugueses. Nesse contexto, certifica-se que a maioria dos perseguidos perante as leis inquisitoriais foram os judeus. Suspeitos de práticas judaizantes, eram, por sua vez, denominados pejorativamente de “cristãos-novos”, nomenclatura assistida àqueles judeus batizados a força, os “batizados em pé”, por decreto de D. Manuel I no ano de 1497. Esse termo perpetuou para todos os recém convertidos ao Cristianismo que foram obrigados a abandonar a Lei Mosaica. De acordo com Paiva (2011), isso durou até 1773, quando o Marquês de Pombal aboliu a distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos.

A partir dessa cronologia, podemos ver que a história dos judeus portugueses ganhou mais espaço no advento do Tribunal Inquisitorial, o qual desde sua criação objetivava

perseguir desenfreadamente a nação judaica. Tão certo é esse fato que, mesmo no Brasil, enquanto colônia portuguesa, os cristãos-novos foram perseguidos. O Tribunal católico chegou nas terras brasileiras em meados de 1540 a 1560 (VAINFAS, 2011). Ampliou-se devido ao fato de muitos cristãos-novos saírem fugidos de Portugal para livrarem-se desta perseguição. O Brasil-colônia era um refúgio, onde tinham a esperança de prosperar nas terras férteis e no mercado açucareiro que estava a todo vapor.

Na colônia nunca foi instaurado um Tribunal filial, apesar de D. Felipe IV intencionar várias vezes essa vontade, mas, visitas de representantes ocasionaram uma vigilância tal qual a de Portugal, ou seja, os olhos vigilantes do Santo Ofício não pairavam apenas no outro continente (FLEITER, 2011). Ao passo que foram três as inspeções: a primeira em 1591 a 1595 feita por Heitor Furtado de Mendonça, nas províncias de Bahia, Pernambuco, Itamaracá e Paraíba; a segunda aconteceu entre 1618 a 1621 por Marcos Teixeira, na Bahia e a última visita ocorreu em 1763-1769, chefiada por Geraldo José de Abranches, no Grão-Pará.

Mesmo assim, nenhuma Mesa Inquisitorial foi estabelecida no Brasil, não foram realizados autos-de-fé, mas os acusados e pegos em práticas hereges eram levados a Portugal e julgados conforme as leis inquisitoriais: “os penitenciados oriundos do Brasil tornaram-se presença habitual nos autos de fé de Lisboa, oscilando entre um quinto e um quarto dos condenados presentes” (PAIVA; MARCOCCI, 2013, p. 322). Muitas figuras históricas se destacaram no Brasil-colônia-açucareiro, a própria Branca Dias⁵ de Miguel Real que protagoniza o romance histórico homônimo, foi um exemplo verídico de cristã-nova fugida do regime Inquisitorial.

2.3. Esclarecimento-síntese sobre os judeus em algumas narrativas históricas

A partir da visão histórica, exposta acima, não é difícil notar que os judeus durante muito tempo foram minoria no reino português, e que durante o transcorrer da História foram vítimas das classes que detinham o poder político e religioso da sociedade portuguesa. Por

⁵ Luciana Lourdes Silva de Assis nos diz em seu artigo intitulado: “Branca Dias: Crime e Pecado em *O Santo Inquérito*, de Dias Gomes” que “a versão histórica sobre a existência de Branca Dias mais comumente aceita é encontrada nos artigos ‘*Duas faces de um mito*’, de Bruno Feitler, e ‘*Uma Comunidade Judaica na América Portuguesa*’, de Leonardo Dantas Silva. Segundo os autores, que se utilizaram de fontes comuns (principalmente o registro documental da *Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil* e a obra *Gente da Nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654*, de José Antônio Gonsalves de Mello), Branca Dias teria nascido em Portugal no ano de 1515, tendo sido esposa de Diogo Fernandes, um dos primeiros cristãos-novos vindos da Metrópole, no século XVI, para se estabelecer em Pernambuco, onde se dedicou aos engenhos de cana-de-açúcar.” (Anais do SILEL. Volume 1. Uberlândia: EDUFU, 2009)

isso, a importância da ficção para retomar um passado sofrido. A presença de figuras esquecidas ou menos importantes são colocadas em holofotes e isso consiste numa extraordinária transgressão, que quebra os grilhões da História Oficial e valoriza o que antes era deixado de lado. Hoje a metaficção historiográfica, segundo Gagnebin, faz “parar o tempo para permitir ao passado esquecido ou recalçado surgir de novo, e ser retomado e resgatado no atual” (2007, p. 10). O literário permite a recriação do fato histórico.

Segundo Miguel Real em seu ensaio *O romance português contemporâneo* (2012), o romance histórico ressurgiu em meados de 1984, por uma necessidade de espalhar uma ideologia de exaltação nacionalista portuguesa. Sobre este romance histórico português, Miguel Real enquanto ensaísta afirma que:

Ostentando as virtudes e as malfeitorias da nossa História, evidenciando não ter sido esta mais heroica ou menos bárbara que a história dos restantes países europeus, a narrativa histórica tem, de facto, reconciliado a consciência dos portugueses com o seu passado, desempenhando, assim, um valiosíssimo contributo social para uma pacificação interclassista e intergeracional ao longo da nossa integração europeia. (REAL, 2012, p. 222)

Com efeito, é daí que emergem vários romances históricos carregados de fatos passados, mas agora avaliados de modo a espelhar os problemas do presente, tendo em vista que a intolerância religiosa ainda é atestada em pleno século XXI. É por isso que alguns autores da contemporaneidade fizeram a escolha por essa mesma via que Miguel Real fez em *Memórias de Branca Dias*: a história dos judeus em Portugal. Escolhido o tema de seu interesse, cada autor pode requerer uma nova construção desse recorte historiográfico. Porém, cabe lembrar que cada um vai ter seu modo de questioná-lo:

A inevitabilidade do falso, sempre que se quer reproduzir o fugidio real e que se prende com a inexistência de uma só verdade, decorre de focalizações e de interpretações várias. [...] Esta constatação ajuda a perceber como os mesmos episódios históricos podem ter leituras opostas em romances distintos. (MARINHO, 2005, p. 34)

Caso semelhante, pois, sucede na obra de Ana Cristina Silva em *As Fogueiras da Inquisição* (2008), romance que se insere no universo psicológico (REAL, 2012). Circunda em torno da figura fictícia Sara de Leão criada num ambiente, no qual sua avó perigosamente a instruía com base na Lei Mosaica, “judaizando” em sigilo, por isso reúne forças nos ensinamentos da avó Ester, para enfrentar seu algoz D. Joao de Bragança. Aparece na trama como uma cristã-nova, que obrigatoriamente abdicou de sua religião para seguir as normas do

Cristianismo. Acusada de práticas judaizantes é presa em Évora, e num ambiente sombrio e de grande peso psicológico Sara retrata a saga de sua família. Marinho (1999) nos diz que os romances portugueses frequentemente nos trazem sagas familiares na ficção construída sob um aparato histórico.

Richard Zimler, também adentra esse mundo da história judaica. Em *O Último Cabalista de Lisboa* (1996), o foco narrativo descreve a vida dos judeus contemporâneos do reinado de D. Manuel I, rei que obrigou-os a se converterem ao Cristianismo a força em meados de 1497. A história retrata a intolerância religiosa bem antes do estabelecimento da Inquisição portuguesa. A descrição do massacre de 1506 é prova disso. Outra obra, desta vez brasileira, *O Santo Inquérito* (1966) do baiano Dias Gomes retrata no gênero dramático, uma outra versão da ação do Tribunal Inquisitorial na vida de cristãos-novos instalados no Brasil. A obra, ambientada no Brasil colonial de 1750, versa sobre a Branca Dias da Paraíba, presa e executada pela acusação de práticas judaizantes.

Com o propósito de abranger a discussão sobre personagens romanescas, no próximo capítulo pontuaremos considerações acerca desta categoria e, sucintamente, serão explanados alguns processos do ensaio de Cristina Vieira (2008), necessários para o entendimento geral desta pesquisa.

CAPÍTULO II
PERSONAGEM: BREVES APONTAMENTOS TEÓRICOS

*O romance só é exequível porque tem
personagens.*

Cristina Vieira
(Em *A construção da personagem romanesca:
processos definidores*, p. 72)

3.1 Tópicos teóricos de esclarecimentos sobre o estudo da personagem

A personagem dá vida, relevo e poder ao romance (REIS; LOPES, 2007, p. 314). É nela que apoiamos as expectativas do desenrolar das ações e, a partir destas, se o enredo será envolvente ou não. Por meio dela também outros elementos da narrativa são dinamizados, como tempo, espaço e as próprias relações com outras personagens dentro do enredo.

Muitas vezes buscamos em um ser fictício o que não encontramos no mundo real em que vivemos. Todavia, deve-se ter em mente que a personagem suscita ser fragmentária, dito de outra forma, nunca poderá alcançar a totalidade da representação do ser humano. Fazendo um paralelo entre o pessoa e personagem, o teórico Antonio Candido (1985) fala sobre esse tal modo fragmentário que a segunda possui.

Este mesmo teórico ressalta, em sua discussão, que na vida buscamos sempre entender as pessoas que são inerentemente misteriosas e propensas a mudanças inesperadas. O contraponto vem na entidade romanesca, que o teórico diz ter uma lógica própria: “No romance, o escritor estabelece algo mais coeso, menos variável” (CANDIDO, 1985, p. 58), ou seja, comparando a imensidão de personalidades das pessoas, o ser fictício tende a ser mais fixo que nós. A complexidade e a tendência a ser profunda é o ponto comum entre personagem/pessoa, fato apontado por Candido (1985). Ao falar da transição do romance do século XVIII que trouxe para o universo romanesco personagens mais complexas ancoradas em enredos simples.

Mas, no romance contemporâneo esta categoria se sobressai, o espaço dado a personagem se torna bem mais amplo. Essa tentativa de relacionar os seres ficcionais com os reais, concretiza-se somente na esfera romanesca, podendo revelar-se de maneira satisfatória ou avessa, dependendo das estratégias linguísticas, retóricas, narratológicas, axiológicas ou semiótico-contextuais utilizadas pelo romancista, pois que, “no romance, ela é criada, é estabelecida e racionalmente dirigida pelo escritor, que delimita e encerra, numa estrutura elaborada, a aventura sem fim que é, na vida, o conhecimento do outro” (CANDIDO, 1985, p. 58).

Não podemos, pois, esquecer de mencionar a importância do autor no ato da construção do ser da ficção romanesca, ele utiliza várias estratégias para lhe dar vida, sendo assim, “a natureza da personagem depende em parte da concepção que preside o romance e das intenções do romancista” (CANDIDO, 1985, p. 74). O contexto e a vontade do escritor,

dessa forma, moldam o indivíduo do romance. É a partir de toda esta sistemática de criação que o leitor pode julgar a desenvoltura desse ser inventado, postulando se retrata realmente a realidade ou se sobrepõe às leis da verossimilhança. É por isso que o romancista se apoia em processos limitados para a edificação desta categoria do romance.

Tanto Carlos Reis e Ana Cristina M. Lopes (2007), quanto Vítor Manuel de Aguiar e Silva (2009) são unânimes em afirmar a natureza indispensável da personagem ao romance. Os primeiros problematizam-na enquanto signo narrativo que “é sujeita a procedimentos de estruturação que determinam a sua funcionalidade e peso específico” (REIS; LOPES, 2007, p. 316). O segundo discute o termo “actante” empregado para designar personagem: “Os actantes no seu percurso narrativo – uma sequência hipotáxica ou um encadeamento lógico de programas narrativos –, podem agregar ao seu estatuto actancial [...] um número determinado de funções actanciais” (AGUIAR E SILVA, 2009, p. 689). Essa teoria retoma a desenvolvida por Greimas, que tangencia a personagem à ação e vice-versa.

De acordo com Aguiar e Silva (2009), Algirdas Julien Greimas, em *Sémantique structurale* (1973), propõe um novo conceito para personagem, o termo “actante”. Voltado para a análise sintática na estrutura do texto literário, o “actante” age de acordo com sua função sintática e depende de outras funções para se manter atuante. Segundo a explicação deste teórico:

Os actantes são sempre substantivos ou equivalentes de substantivos, são subordinados imediatos do verbo e podem classificar-se em ‘primeiro actante’ ‘segundo actante’ e ‘terceiro actante’. Semanticamente, o primeiro actante é aquele que realiza a acção (*sujeito*), o segundo actante é aquele que suporta a acção (*complemento directo*) e o terceiro actante é aquele <<em benefício ou em detrimento do qual se realiza a acção>> (*complemento indirecto*). (AGUIAR E SILVA, 2009, p. 688)

A personagem ou “actante” é analisada a partir da gramática. Aguiar e Silva problematiza a teoria greimasiana, na qual há lacunas; uma delas explicadas pelo teórico é a omissão de questionamento a uma possível “validade de uma gramática narrativa universal” (2009, p. 692). Outro ponto questionado nesta teoria é que a análise “actante”, vendo a personagem como “actor”, pode conduzir a personagem a uma redução “muito forte da complexidade psicológica, sociológica, ética e religiosa das personagens dos textos narrativos literários, em particular do romance” (AGUIAR E SILVA, 2009, p. 692). Dessa forma o teórico alerta que o termo “actante” pode ser usado, porém deve-se haver cautela, pois quem utilizar essa terminologia greimasiana deve ter consciência e de suas implicações e consequências.

A partir do pequeno esboço acima, consideramos importante adentrar mais a fundo no estudo da personagem. Nessa perspectiva, o vultoso estudo de Cristina Vieira (2008) traz esse aprofundamento. Neste ensaio, a estudiosa sistematiza um imenso arcabouço teórico da personagem analisando-a através de macroprocessos, nos quais desencadeiam-se processos, procedimentos e estratégias. Explica e exemplifica quase que minuciosamente dezenas deles. Tendo sido organizados para discutir sob a perspectiva das seguintes áreas: linguística, retórica, narratologia, axiologia e semiologia-contextual.

Como estamos abordando nesta pesquisa sobre personagens retratadas em narrativas históricas é conveniente, abordarmos algumas características. Na narrativa histórica tradicional as personagens geralmente eram grandes nomes da História, embora outras, consideradas figuras históricas de menor importância, aparecessem sempre no plano secundário ou figurativo.

Com a mudança de perspectiva nos estudos historiográficos, e, por conseguinte, no romance histórico pós-moderno e contemporâneo, privilegia-se a presença de figuras do âmbito marginal, ou seja, os estigmatizados e esquecidos da História Oficial hoje ganham voz na metaficção historiográfica: “os narradores proscritos, os marginais ou as mulheres, [...] imprimem ao discurso um tom diferente do que consta dos tradicionais livros de História” (MARINHO, 1999, p. 43). Certificando esse contexto, nota-se, comumente, na narrativa contemporânea a presença de personagens femininas. *Memórias de Branca Dias* ratifica isso. Frequentemente verificamos na metaficção historiográfica, mulheres recebendo papéis centrais, como a protagonista em estudo, utilizando “a paródia como recurso estético e o deslocamento feminino como recurso cultural” (GOMES, 2013, p. 50).

3.2 Processos em que a personagem é gerada no romance

Como já foi dito, o ser fictício é construído a partir de um rol de macroprocessos. Na então pesquisa, privilegiamos os classificados por Cristina Vieira (2008), a saber: os linguísticos, os retóricos, os narratológicos, os axiológicos e os semiótico-contextuais. À vista disso, discutiremos sucintamente alguns processos resultantes da análise desta ensaísta.

3.2.1 Os processos linguísticos ao serviço da construção da personagem romanésca

Na esfera romanésca, o suporte em que a personagem emerge, evidentemente, é no plano linguístico. É a partir dessa base linguística que o leitor percebe os meios com que o autor arquitetou-a, ou seja, são “os primeiros processos construídos da personagem literária activados pelo autor e percebidos pelo leitor” (VIEIRA, 2008, p. 40). Surgindo, majoritariamente, através do processo denominado de desembraiagem⁶.

Nesse processo, o romancista cria um <<não eu>>, expulsando assim uma nova personagem de dentro de si para as entrelinhas romanescas, para o plano enunciativo. E para enunciá-la faz uso de outros processos acessórios deste maior, são eles: a cataforização e a anaforização (VIEIRA, 2008). Cataforizar consiste na introdução desta pela primeira vez na narrativa, assim quando o leitor começa a sua leitura e se depara com a primeira referência a personagem está aí a cataforização. Já a anaforização baseia-se em termos sintáticos subsequentes. Agora sendo citada várias vezes para que o leitor tenha um maior conhecimento.

Seguindo esse raciocínio, para bem construí-la é preciso fazer uso de designadores. Essa ferramenta propicia a integração dos seres de ficção em mundos possíveis e procura “dotá-los, por conseguinte, de existência ontológica” (VIEIRA, 2008, p. 46). A importância de designar a personagem é tamanha que atribui uma carga verdadeiramente crível, próxima do mundo exterior à narrativa. Nessa vertente, são dados as nomeações e descrições definidas, dando-lhes maior dinamismo, propensas a mudanças no ambiente diegético.

A designação, ainda admite outros procedimentos subordinativos. Citemos: a adição, a subtração, a repetição, a substituição, a equivalência, a permutação, a paronímia, a sinonímia, o deslindamento e a contração. Estes processos assistem a parte morfossemântica que designa as personagens. Em suma, eles funcionam como ativadores de sua presença. As nomenclaturas conferidas já remetem diretamente as suas funcionalidades: ora um procedimento acrescenta outros designadores, ora economiza em seu vocabulário é o caso da adição e subtração. Pode também fazer uso da repetição por meio de pronomes, abreviaturas ou descrições.

Conta-se também com a estratégia da substituição que “significa a troca de um designador por outro de natureza semântica diversa para idêntico referente”, por outro lado

⁶ Este termo tem origem em Greimas, porém Cristina Vieira toma para si a responsabilidade de empregá-lo a esta teoria levantada sobre a personagem romanésca.

“se a natureza dos designadores em relação anafórica for idêntica, trata-se de uma equivalência” (VIEIRA, 2008, p. 55). Temos também a permutação onde ocorre o processo da alcunha do nome de outra e vice-versa ou mesmo duas personagens serem chamadas por um único nome. Já, o procedimento parônimo, tende a ver a percepção da semelhança fônica que contêm nos designadores e dessa forma pode ocorrer uma confusão na sua identidade. Caso oposto ocorre no procedimento sinônimo que “aposta na similitude semântica para atingir objetivos semelhantes” (VIEIRA, 2008, p. 61).

No deslindamento há a exigência da participação do leitor para buscar sua própria interpretação perante o modo ambíguo disposto pelo escritor em relação a personagem, pois através do deslindamento o escritor pode evocá-la, tanto no modo explícito quanto implicitamente. Às vezes, o escritor também pode usar uma mesma maneira descritiva para duas personagens por exemplo, esse é o deslindamento disjuntivo, que exige do leitor uma maior atenção. Já quando há designações opostas para um mesmo referente, cabe ao leitor descobrir a qual se faz jus o desígnio, isso consiste no deslindamento conjuntivo. (VIEIRA, 2008)

A contradição se faz da mesma forma um procedimento peculiar, no qual aparece no texto uma designação que anula uma anterior, contradizendo o que antes foi designado. Nesse sentido, se faz pertinente lembrar que, na designação, nomear é “um processo importantíssimo na construção da personagem romanesca, [mas] não tem caráter obrigatório” (VIEIRA, 2008, p. 74; acréscimo nosso).

Não abordaremos todos os processos definidos por Vieira (2008) ao passo que seria impossível resumir todos aqui neste trabalho. Porém, no tocante a nossa pesquisa, se faz necessário o esclarecimento de mais alguns processos composicionais. Há, por conseguinte, três outros processos achados em personagens romanescas, a saber: a indeterminação, a diferenciação e a perturbação da alteridade. O primeiro privatiza a identidade individual da personagem, torna-a desconhecida num conjunto maior. O segundo especifica sua identidade e o terceiro, correlaciona-se ao fator ambíguo da relação “entre o par identidade/ alteridade, o <<eu>> /o Outro” (VIEIRA, 2008, p. 78).

A personagem ainda aparece na trama por meio da generalização, especificando a que grupo pertence e difere-se também através da individualização admitindo uma descrição unívoca dela sem mais aditivos, o que se descreve é o bastante para a obtenção de significado. Portanto, uma vez que o macroprocesso da designação foi esclarecido, podemos perceber que o ser fictício é gerado num ambiente linguístico rico e complexo.

3.2.2 Os processos retóricos atribuídos à criação do ser fictício

Os processos que encaminham para a área retórica abarcam muitos paradoxos, porém mais adiante veremos o quanto a retoricidade é indispensável na construção da personagem romanesca. Primeiramente, é preciso salientar a repulsa que alguns romancistas têm para com a retórica, porque a retoricidade muitas vezes é vista como falsa e artificial. Mas paradoxalmente se tem em plena consciência que o romance precisa da retórica para construir as personagens. Dessa forma, concordamos com as palavras da ensaísta quando esta salienta que

[...] os processos retóricos são empregues no romance desde os seus primórdios e não apenas a partir do momento em que a técnica romanesca foi objeto de estudos formais, essa situação deve-se-á ao fato de qualquer romancista necessitar da retórica para construir as suas personagens.
(VIEIRA, 2008, p. 137)

A retórica é um elemento inevitável no processo da escrita de um romance, de tal modo que é nela que a argumentação emerge, mas além da argumentação há outros componentes da retórica, são eles: disposição, elocução, memorização e encenação do discurso (VIEIRA, 2008). O objetivo da retórica por vezes passa pela persuasão do leitor, vestígios da retórica antiga, contudo também tem fins de demonstrar argumentos bem elaborados numa obra literária. Dessa forma, entendemos por processos retóricos tudo o que o autor escreve com intento de que o leitor perceba “o desvio linguístico da combinatória habitual” (VIEIRA, 2008, p. 130). Mas o leitor deve realmente perceber esse desvio, porque “só há processo retórico quando há leitura retórica” (VIEIRA, 2008, p. 130).

Uma das estratégias que o escritor usa, e que condiz com a escrita hoje utilizada nos romances históricos é o “uso de clichês linguísticos”, na qual se inclui a estereotipização retórica que “pode ser uma arma parodística, a que o leitor deve ser sensível” (VIEIRA, 2008, p. 131). Para tanto, antes é preciso saber que nos textos literários a existência dos processos de argumentação, da disposição e da estilística, corrobora para os processos retóricos acontecerem. Os processos retórico-argumentativos, retórico-estilísticos e os retórico-dispositivos fundam e transformam a entidade romanesca (VIEIRA, 2008).

No processo retórico-argumentativo há a presença de conflitos e vontades, e a formação de identidades dos seres da ficção, no retórico-estilístico a linearidade do discurso é

anulada, verdade/mentira não são contestados; e no processo retórico-dispositivo consiste a articulação dos argumentos e das figuras dos outros processos (VIEIRA, 2008). Sendo assim, predominando a carga argumentativa, na disposição percebe-se uma força argumentativa maior, na estilística vê-se um desvio claro em certos enunciados, o que resulta em muitas vezes na chamada ironia. No romance aqui disposto como objeto de estudo, *Memórias de Branca Dias*, acreditamos ter muitos traços de retoricidade, pois a carga argumentativa predomina a maior parte da narrativa, face à protagonista.

Talvez pensemos que a retórica seja um processo inferior aos demais e que no romance não tem muito espaço, mas pelo contrário, por ser um gênero livre o romance não veta nenhuma espécie de processo (BARDÈCHE 1967, *apud* VIEIRA 2008, p. 136). É ainda Vieira (2008), com base no pensamento de Maurice Bardèche e de Meyer, que sustenta a tese de que a retoricidade é um elemento obrigatório na esfera romanesca. A retórica é imprescindível, visto que é de natureza linguística e textual, logo é inevitável nas entrelinhas romanescas. Afirma com veemência a ensaísta:

Se nenhum tipo de discurso, [...] escapa à necessidade argumentativa, ao recurso à figura de estilo ou a procura da melhor ordem dispositiva dos argumentos, muito menos uma personagem romanesca, porque construída em contexto linguístico-literário, poderia eximir-se a retórica. (VIEIRA, 2008, p. 137)

Assim, a estudiosa elenca os macroprocessos da retoricidade, o primeiro é o processo retórico-argumentativo, no qual existem a presença dos argumentos controversos e persuasivos. Perelman (1999 *apud* VIEIRA, 2008) classifica-os de argumentação quase lógica, argumentação fundada sobre a estrutura do real e a argumentação fundacional da estrutura do real. O segundo processo é o retórico-estilístico que, por sua vez, implica nas áreas da fonologia, semântica, sintaxe e morfologia. Outros processos incluídos no tocante desta construção, são os retórico-dispositivos que dispõem certamente da digressão da retórica clássica e da subtração textológica.

3.2.3 Os processos narratológicos implicados à personagem romanesca

A narração é a característica inerente do romance, e é nela que encontramos o cerne da narrativa: a personagem. E é de conhecimento geral que esta não é propriedade apenas do

gênero romanesco, pois é confirmada sua presença em contos, fábulas, peças teatrais, roteiros fílmicos etc., mas é no texto narrativo ficcional (romance) que ela comporta mais completude e complexidade. Talvez pela extensão de páginas que muitos romances trazem e pela quantidade de conflitos que seus enredos comportam.

Na narrativa situa-se o plano do discurso e da história. Enquanto discurso, a narração remete ao ato de contar, ou seja, são nas falas das personagens que vemos o desenrolar da trama. Já o plano da história designa os acontecimentos tecidos na narração correlacionados aos seres ficcionais. Por conseguinte, na história tem-se os elementos narrativos, a citar: a ação, a própria personagem, o espaço, o tempo e o narrador. Na discursividade narrativa esses elementos ganham mais corpo, pois é nela que: “Se projetam as instâncias do narratário e do narrador, em cujo discurso e a partir do qual são geridos os discursos das personagens, as descrições, as manipulações temporais, a perspectiva narrativa e a focalização” (VIEIRA, 2008, p. 232).

Ora, a ação romanesca pode até ser considerada maior que a personagem, mas vemos que nada mais é que um processo desta composição. É preciso atentar para os inúmeros procedimentos ligados ao plano da ação. Mas é propício mencionar que: “não existe personagem fora da ação, nem existe ação independente do personagem” (TODOROV, 1979, *apud* VIEIRA, 2008, p. 235). É no plano discursivo que se constrói a ação e assim a personagem da narrativa romanesca ganha “maior autonomia face à ação” (VIEIRA, 2008, p. 236).

Seguindo a sequência do labor narratológico, temos a temporalização como auxiliador neste macroprocesso. O tempo é necessário numa narração. A ancoragem temporal é um procedimento desse processo, nela se sabe exatamente o tempo que a obra retrata. Também citamos a datação interpretativa, na qual o escritor usa o método de deixar implícito o tempo que a obra transcorre, dessa forma, fica a ser captado pelo esforço do leitor. Já a *deixis* temporal só é percebida a partir da enunciação, termos como “hoje”, “agora”, “precisam o tempo diegético, mas não o determina no tempo cronológico” (VIEIRA, 2008, p. 260).

Na parte que condiz a espacialização, como o próprio nome já explicita, remete ao espaço narrado. Atribuído a esse processo temos os procedimentos da topicalização espacial que permite uma interpretação por parte do leitor para saber onde a personagem está; a programação espacial repercute no seu deslocamento, na multiplicação e/ou concentração dos espaços, nesse sentido, o espaço também enfatiza os objetos que compõem o espaço físico, social e psicológicos.

Outro processo narratológico pouco conhecido, é a cronotopização que é a troca de papéis entre o tempo e o espaço. Por vezes “a espacialização ganha valor temporal e a temporalização ganha valor espacial” (VIEIRA, 2008, p. 296). Branca Dias, no romance, experimenta esse processo narratológico em relação a sua “passagem nos mesmos locais em tempos diversos [e] pela mesma recordação em diferentes locais” (VIEIRA, 2008, p. 296; acréscimo nosso). Um exemplo do que estamos a tratar é que esta mulher passou pelos Estaus mais de uma vez por motivos semelhantes, a primeira vez ainda criança na conversão forçada de 1497:

Da minha primeira prisão, não teria eu mais de cinco, sete anos, a minha mãe foi arrastada pelos cabelos para dentro da igreja de S. Domingos, no Rossio, chamaram-lhe demoníaca e endemoniada, [...] sovaram-na nas batatas das pernas para que ela se levantasse e se ajoelhasse; o meu pai foi encontrado morto nas celas dos Estaus, nunca soube o que se passara. (REAL, 2009, p. 38)

A segunda vez quando presa com os filhos após ser denunciada pela mãe e pela irmã ao Tribunal Inquisitorial: “Quando nos despejaram no átrio dos Estaus, a mim e aos meus filhos, eu reconheci aquela fortaleza que matara o meu pai e virara a minha mãe e a minha irmã contra mim e disse, outra vez, e o frade-porteiro disse, se é a segunda vez não te safas” (REAL, 2009, p. 39).

Propriamente dita a narração como processo narratológico conduz esta edificação por meio do narrador e do narratário. Pensando de acordo com este estudo, é conveniente especificar a função e lugar do narrador, pois às vezes pode haver uma confusão por parte de nós leitores na identificação do narrador e da personagem, isso porque existe romances em que há vários narradores, ou seja, várias focalizações. Vamos abordar sucintamente alguns desses narradores e suas focalizações.

Na narração autodiegética há uma síncrese entre o protagonista e o narrador. Enquanto na narração homodiegética “não só patenteia a oscilação entre os dois **eus (eu-narrador e eu-narrado [...])**, como também refere-se à **distância** mais ou menos cavada que eventualmente o separe do protagonista” (REIS; LOPES, 2007, p. 266; grifo dos autores). E na narração heterodiegética estabelece-se um afastamento em relação as personagens. Outra instância é a focalização pois “narrar implica focalizar, logo, não há construção de personagens sem focalização” (VIEIRA, 2008, p. 301), a saber que existem as focalizações: múltiplas, onmiscientes, internas, externas e heterodoxas.

Ademais, no campo narrativo não poderíamos deixar de citar o que Vieira (2008) chama de gestão do discurso das personagens, essa alternância entre as falas das personagens

e a voz do narrador. Já é de nosso entender que há o discurso direto, exemplificado em diálogos e monólogos; o discurso indireto e o indireto livre, este primeiro “torna a personagem romanesca mais distante e abala a sua importância diegética caso a sua voz surja apenas mediatizadora através desse processo” (VIEIRA, 2008, p. 310) e o segundo caracteriza-se pela mescla dos dois tipos de discursos: o direto e o indireto.

Assim, um processo que contribui na narração é a relação entre o narratário e a entidade romanesca. Sabendo que este primeiro, termo usado por Roland Barthes (1966), é interlocutor quando incluído no plano diegético ou pode ser o destinatário, sendo, dessa forma, imaginado como um leitor virtual, idealizado a quem o narrador se refere e pensa ao contar seu enredo. Nessa parte interessa-nos que o narratário pode influir nessa construção em particular, pois algumas lacunas deixadas propositadamente ou não pelo narrador acerca da personagem pode ser preenchida pelo narratário interlocutor.

Do mesmo modo, a caracterização tem sua parcela de contribuição na composição abordada. Dito isto, nesse processo acontece a caracterização direta feita pelo narrador, também a caracterização indireta realizada pelos leitores através de outros processos anteriormente citados como a ação e o plano narrativo. A descrição é um dos procedimentos que culminam na caracterização da personagem, porque “delimita o horizonte de expectativa do leitor, relativamente ao destino da personagem, no plano sintagmático.” (REIS; LOPES, 2007, p. 94).

3.2.4 A participação dos processos axiológicos na “arquitetura” do ser fictício

A axiologização da personagem, explica Vieira (2008), consiste num julgamento indireto cabível ao leitor. O romance enquanto um gênero crítico-reflexivo não foge a perspectiva ideológica. No discurso literário romanesco encontramos as mais variadas formas de expressão desses valores humanos. Neste sentido, é interessante observarmos como o ser fictício é moldado através desses processos axiológicos. Estes implicam nos valores que o romancista sujeita-o. Todavia, não depende apenas do escritor, esta tarefa, os valores epocais exercem uma influência considerável na criação ideológica. Nisso, a axiologização desperta no leitor a competência do julgamento, a influência deste é imprescindível, mesmo que este julgamento possa ser condicionado pelo autor em passagens do texto.

Neste processo, os principais conceitos que serão abordados são: a norma, o valor, a axiologia e a ideologia – estes últimos vistos a partir de agora como sinônimos. O valor

consiste em apresentar uma personagem como exemplo de valor social. A ideologia é a organização desses valores na sociedade. A norma, conseqüentemente, estabelece que valor é certo e aceitável, podendo classificar também o contrário disso. Já a axiologização é todo esse sistema acertado nela e, uma vez, construída axiologicamente fica à mercê da crítica do leitor. Logo, este processo ocorre a partir do juízo de valor do leitor em relação aos valores e atitudes contidos na obra face à personagem, ou seja, se lhe causar admiração ou repulsa aí nessa reação está o processo axiológico.

E, para chegar a esse efeito axial se faz uso das modalizações, citadas a seguir: modalização veridictória, epistémico-factitiva, epistémico-emocional, epistémico-cognitiva, factitiva, potestativa, volitiva, deontica e alética, todas ligadas aos seguintes valores modais: “o da essência, o do saber, o do crer, o do fazer, o do poder, o do querer e o do dever” (VIEIRA, 2008, p. 360). De acordo com a discussão de Reis e Lopes apoiada no pensamento greimasiano:

Considera-se que o sujeito só pode realizar a sua <<performance>> se tiver adquirido previamente uma certa competência, que se traduz pelo conjunto de pressupostos e condições que viabilizam a execução de um percurso narrativo. Essa competência, na perspectiva greimasiana, é concebida como um complexo de modalidades organizadas hierarquicamente. Assim, o sujeito só se constitui efetivamente como agente depois de ter sido instaurado e qualificado pela aquisição dos predicados modais **querer** (ou **dever**), **poder** e **saber**. (REIS; LOPES, 2007, p. 235; grifo dos autores)

Cristina Vieira (2008) vai além desses quatro predicados modais destacados acima. Na modalização veridictória a personagem se destaca do estilo que ela é, o principal verbo modal dessa instância é o ser. Nele sabemos que uma verdade predeterminada pode não corresponder a verdade idealizada pela sociedade. A epistémico-factitiva, apresenta os conceitos de (in) capacidade e (in) competência, o verbo cognitivo saber está ligado a este processo. Já a epistémico-emocional remete ao verbo crer, ou seja, aos valores das crenças ou descrenças. Seguindo, a epistémico-cognitiva também resulta do verbo saber originando personagens dotadas ou desprovidas de conhecimento.

A ensaísta ainda classifica mais quatro modalizações: a factitiva que direciona-se para a questão da ação, do fazer ou não fazer, gerando personagens submetidas ou valorizadas. A potestativa relaciona-se com a última mencionada, no entanto, remete ao verbo poder e não poder fazer. A volitiva é ligada ao verbo querer, que parte da vontade da entidade ficcional em rejeitar ou aceitar alguma situação. A deontica inscreve-se na situação do dever ou não

dever fazer. Por último, a modalização alética também condiz com o dever, só que abrange o dever ser e o não dever ser, assim nesta modalização: “a moralização é mais acentuada quando a construção axiológica da personagem romanesca assenta numa dominante alética” (VIEIRA, 2008, p. 378).

Outrossim, a avaliação normativa é um distinto processo que se inclui no axiológico. Contribuinte na formação da personagem do romance, diz respeito a estrutura ideológica e à caracterização, para isso são utilizados os critérios: da instância avaliativa, temática, axial e a intencionalidade, nos quais há vários procedimentos acessórios. O primeiro encontra-se várias avaliações, a saber: a auto avaliação normativa, na qual a personagem, a própria, se avalia; a heteroavaliação normativa que é a avaliação feita por outra personagem; a narração normativa narratorial, a própria nomenclatura já condiciona ao narrador a tarefa avaliativa; a metaléptica, que faz uma metalepse do autor, leitor e de outra personagem; e a avaliação narrativa leitora feita, é claro, pelo leitor.

O segundo critério, o temático, os verbos principais para entendermos são: o saber-fazer, o saber-dizer, o saber-viver, nesse caso, ainda tem a avaliação tecnológica que analisa as habilidades; também a avaliação linguística que resulta em uma personagem com potencialidades linguísticas ou o contrário; já a avaliação ético-política direciona-se para questões morais e condutas sociais na narrativa. No critério axial “o eixo avaliativo estrutura-se para o romancista como uma dualidade de pólos dicotómicos (o positivo ou eufórico e o negativo ou disfórico)” (VIEIRA, 2008, p. 402). Na intencionalidade, enquanto processo avaliativo aponta-se a intenção do romancista na atribuição de certos valores na sua criação literária, por vezes ele pode vitimá-la, problematizá-la, contestá-la ou legitimá-la (VIEIRA, 2008, p. 406). Portanto, os processos axiológicos correspondem a atribuição de valores à personagem e o efeito que esses valores sugerem ao leitor.

3.2.5 Os processos semiótico-contextuais ativos na personagem do romance

A dinâmica da construção da personagem romanesca incide no uso de processos semiótico-contextuais. São os elementos intratextuais e extratextuais, dito de outra forma, são os elementos que remetem a obra literária propriamente dita, como um todo e a textos exteriores a categoria narrativa. Tudo isso contribui juntamente com os processos anteriores para haver êxito na composição desta de maneira íntegra.

O contexto dá liberdade de ir-se além do texto escrito, ultrapassa o suporte onde é colocada e extrapola novos horizontes a partir dele. Pelas palavras de Vieira (2008), vemos que a construção do ser narrativo passa primeiramente pelo campo linguístico, mas é no âmbito extralinguístico que ela absorve uma ampla cadeia de significação, oportunizada pelo escritor e enriquecida pela experiência da leitura em práxis. O contexto enriquece o texto literário e lhe dá mais significado. Muito além das palavras, o universo, o ambiente que o leitor mentaliza se abrange e durante a leitura, a posterior interpretação não fica limitada, mas pelo contrário há uma liberdade muito além do escrito.

Sabendo do peso que o contexto tem na diegese é preciso explicar seus dois sentidos. Esta criação pode ser influenciada pela época em que o livro está sendo escrito. Não é descartada a hipótese da mudança de seus aspectos, valores, linguagem, apenas por causa da época vigente. Há, por outro lado, o contexto do próprio romance, ou seja a época e tempo retratados no texto literário. Já o contexto extratextual remete a intertextualidade, outros textos ligados à obra que lhe conferem significado. No caso do romance em análise os fatos históricos as personalidades ligados a essa protagonista se referem ao contexto e a intertextualidade. Ilustra esta questão o seguinte trecho:

Andava então o Bento Teixeira a acabar a <<Prosopopeia>>, dizem que ele é o primeiro poeta do Brasil e o seu livro o primeiro livro de poesia do Brasil; não sei se será, mas orgulho-me muito de nas nossas casas de Camaragibe e de Olinda termos convivido com dois dos primeiros escritores do Brasil, o Ambrósio Fernandes Brandão e o Bento Teixeira, muito nesta sala escreveram os dois. (REAL, 2009, p. 161)

No âmbito intratextual temos a macro planificação, correspondendo aos antecedentes da escrita do romance, a preocupação por parte do romancista de escrever um texto correspondente ao contexto que ele quer lançar. A organização do texto romanescos implica na intencionalidade autoral “que permite dar coerência global ao texto romanescos, por mais díspares e complexos que sejam os tempos e os motivos tratados” (VIEIRA, 2008, p. 475). Essa intenção premeditada o faz organizar um esquema do que posteriormente irá escrever, poetizar.

Os processos semiótico-contextuais ainda contêm, segundo a ensaísta, no ambiente extra e intertextual a compreensão cognitiva do texto. Este inclui alguns processos e estratégias para a produção e compreensão de fato, ou seja, no exercício da leitura, pode-se construir mentalmente um enredo diferente daquele que o autor imaginou, pois os conhecimentos do leitor, suas opiniões e ideias são acionados nesse momento. Nesse

processo, é preciso alegar que o leitor tem função ativa, sua leitura completa dá fundamento/sentido, esta é a compreensão cognitiva do texto que parte do pressuposto da leitura de mundo que o leitor já traz antes de ler o livro.

Em virtude disso, no processo de ligação intertextual e hipertextual considera-se que muitas vezes tem-se a necessidade de citar, ou fazer alusão a determinado texto dentro de outro texto, isso é chamado de intertextualidade⁷ (VIEIRA, 2008). A relação hipertextual, contudo, se caracteriza pela paródia, tradução etc. De outra forma é o processo de ligação transpositiva, este tem a façanha de trazer a outras obras, personagens de outros tempos sem, com isso, aludir ou parodiar.

Sob outro ângulo, na referencialização acontece um resgate da personagem do plano real, para tanto o romancista pode fazer uma prévia pesquisa de documentos ou buscar no plano historiográfico a referência de tal pessoa a ser posteriormente posta na esfera literária. Conforme salienta a ensaísta:

A referencialização dos seres ficcionais é um efeito de percepção, o resultado de uma ilusão construtiva, já que na transmissão para o papel a personagem histórica se transforma, como qualquer outra, num ser ficcional, sempre diferente da referência histórica que lhe esteve na base. (VIEIRA, 2008, p. 526)

Outros processos são os psicoemocionais, nos quais os fatores emocionais e sentimentais exercem influência na criação versada; de outra forma os processos sociopsicológicos relacionam atitudes, valores e assim condicionam a produção; enquanto no processo histórico-cultural constata-se o ambiente de mesmo nome que também tem parte da contribuição dessa construção supracitada.

Uma vez demonstrados os macroprocessos definidores da personagem, a seguir procuraremos expor, no romance *Memórias de Branca Dias*, quais deles ancoram a elaboração desta protagonista.

⁷ Mikhail Bakhtin foi o primeiro a abordar sobre o dialogismo, que mais tarde Julia Kristeva em *Semeiotikè* (1969) trouxe para o campo literário a denominação de intertextualidade. Em *Marxismo e a filosofia da linguagem* (1929), o pensador russo, classifica os textos no grau de intertextualidade e intersubjetividade. A intertextualidade se configura a interação entre os textos, ou seja, acontece uma agregação de textos dentro de outros textos lidos ou escritos. A intersubjetividade refere-se à relação do autor e leitor.

CAPÍTULO III
BRANCA DIAS: UMA PROTAGONISTA DE CORAGEM NO
ROMANCE DE MIGUEL REAL

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro.

Jacques Le Goff
(Em *História e Memória*, p. 471)

4.1 O resgate, na ficção, da judia Branca Dias

A metaficção historiográfica contesta o que antes era apresentado como verdade cristalizada. Não deixa de dialogar com fatos ou acontecimentos da História, mas, “sugere a contínua relevância de uma oposição deste tipo, mesmo que seja uma oposição problemática” (HUTCHEON, 1991, p. 150). É neste sentido que frequentemente encontramos nos romances históricos a partir da segunda metade do século XX, personagens em postos centrais com o retrato de marginalizados, excêntricos e periféricos. É o chamado romance histórico contemporâneo ou pós moderno.

Mas, nem sempre se configurou assim, no romance histórico tradicional havia o grupo dos esquecidos, os negros, os pobres, e inseridas nesse grupo estavam também as mulheres. Hutcheon questiona-se quanto a isso: “nas tradicionais histórias do século XVIII, onde estão as mulheres?” (1991, p. 143). A mulher, vista pelo prisma da metaficção historiográfica, sob outro ângulo, traz em si um deslocamento que configura-se uma marca da literatura dos tempos contemporâneos, sobre os Estudos de Gênero e a condição da mulher na literatura, Carlos Magno Gomes afirma que: “seja externo, seja interno, faz parte do processo de construção da identidade da mulher e envolve rejeição e aceitação de papéis” (2013, p. 53). É a vez da personagem feminina. Como observa Aldinida Medeiros:

Observamos na elaboração da Branca Dias de Miguel Real uma mulher de fibra, uma protagonista em tempo integral, consciente da sua condição de minoria: primeiramente como mulher, subjugada aos mandos masculinos; e depois como judia. Isto nos leva a ressaltar os traços [...] desta protagonista: altiva, prudente, perspicaz, paciente porém não conformada. (MEDEIROS, 2015, p. 20-21)

No romance que estamos analisando, a protagonista é mulher e judia, duas posições marginalizadas, a de gênero e a étnica. Configura-se, como o próprio título remete, um exemplar de memórias, na qual a narrativa está repleta de analepses. Esta é impressão que nos passa: na velhice, como se estivesse em uma cadeira de balanço a descansar, Branca Dias recorda toda sua trajetória desde Portugal até ao Brasil, memórias de uma judia que conseguiu escapar às garras da Inquisição.

No enredo, opera o relato da sua vinda clandestina ao Mundo Novo, sua dificuldade de adaptação em Camaragibe, um dos primeiros engenhos de açúcar do Pernambuco, a ousadia de fazer sinagoga em plena vigilância inquisitorial, a convivência com os Tupinambás, seu

relacionamento com o marido, Diogo Fernandes, e outros cristãos-novos, a criação de seus onze filhos nesta localidade e depois a residência em Olinda, onde funda uma escola para meninas. Branca Dias sempre conviveu com a mistura de culturas, a citar: a portuguesa, a brasileira, a dos negros africanos e a indígena, sobre este povo a narradora conta que “Os tupinambás revoltaram-se, também o que haviam de fazer, a serem mais maltratados que os cães e os judeus? [...] éramos dois povos perseguidos pelos reinóis” (REAL, 2009, p. 60); e, no sentido religioso, a dos cristãos e sua própria, a judaica.

Numa voz unívoca e contínua a personagem centro-narrativa narra os fatos de sua vida e traz comentários metaficcionalizados de acordo com a situação vivenciada por essa mulher emblemática na história luso-brasileira. A começar pelo prólogo, a oração à Adonai, nome judeu de Deus, percebemos que a obra trata também de questões religiosas. É como se, para contar suas memórias, Branca precisasse evocar a presença de seu Senhor, para direcionar sua fala, seus pensamentos, suas lutas, sua vida. Adonai é sua inspiração. Esse trecho revela a fidedigna judia que ela era:

Oh, quão grande é Adonai, louvado seja Ele em toda a sua grandeza. Não há palavras, gerações ou louvores que possam exprimir as suas obras, os seus benefícios, a sua formosura, as suas maravilhas e grandezas; a sua honra e suas fortalezas. Recordem-se as suas lembranças, publicando sempre a sua justiça e o seu amor. (REAL, 2009, p. 19)

Por meio do discurso em primeira pessoa, autodiegético, apressado, próprio de quem conta a sua história rapidamente, querendo narrar tudo de modo a não esquecer nada, sem pausas, a narradora-personagem emerge uma voz contínua, que fragmenta a narrativa no tempo, pois enquanto relembra sua infância, num mesmo capítulo cita fatos de sua adolescência e fase adulta, e assim prossegue. Presente, passado e futuro estão constantemente interligados na narração de Branca Dias, visto que os fatos se correlacionam, isto é, quando se ler o texto pode-se constatar uma repetição de situações, são as lembranças que realmente significaram na vida da protagonista.

Para ilustrar tal afirmativa, podemos exemplificar a lembrança ressentida, de Branca Dias devido a relação extraconjugal de Diogo com Madalena, ajudante da família quando moravam em Portugal, que resultou no nascimento de Briolanja Fernandes. Várias vezes na narrativa ela relembra esse episódio: “Briolanja é um nome feio e cristão disse eu, que raio de nome, a Madalena gostou, disse o Diogo, e eu disse, eu não merecia isto, foi o que eu disse eu não merecia isto” (REAL, 2009, p. 28). Outra passagem: “A Briolanja foi a primeira a partir

de Camaragibe, não se sentia bem sem a Madalena, a mãe; [...] a cadela, mas mais nenhum homem quis, o Diogo foi o único” (REAL, 2009, p. 129).

A obra versa sobre valores sociais transgredidos, por isso carrega uma carga ideológica fortíssima. Ademais, percebe-se uma linguagem mais próxima da realidade, coloquial. Branca Dias, faz uma auto-monologação narrativizada, a saber que “a monologação auxilia a diferenciação da personagem, dando-lhe destaque diegético” (VIEIRA, 2008, p. 308). Nesse processo narratológico, a protagonista construiu sua trajetória, em Portugal e no Brasil. Denunciada pela mãe e pela irmã ao Tribunal Inquisitorial, foi presa nos Estaus com os sete filhos que já possuía, desprovida da presença do marido, que já havia fugido para o Brasil, foi presa e sentenciada a dois anos de prisão, a participar da catequese cristã e a usar sambenito: “hábito penitencial constituído por túnica com desenhos pintados, [...] que identificava como condenados, após deixar o Colégio da Doutrina da Fé e o bairro destinado aos penitentes” (PAIVA; MARCOCCI, 2013, p. 56-57). Sua prisão é relatada dessa forma:

A carroça deixou-nos no átrio dos Estaus, no Rossio, que sei que há-de arder um dia, há-de ser consumido pelo fogo do inferno, é o que eu desejo, aquilo é a casa do inferno, os galileus chamam-lhe a Fortaleza da Fé, aos Estaus, eu chamo-lhe a Casa do Inferno, tudo o que de mal nos tem acontecido por lá tem passado, a morte do meu pai, a conversão em pé da minha mãe, o meu irmão pequenino, que foi arrancado à minha mãe e enviado a ilha do Príncipe. (REAL, 2009, p. 38)

É impossível não perceber o tom irônico da narradora ao tratar das ações inquisitoriais. No que tece a parte ficcional, sabe-se que uma das razões de Branca não ter sido mais severamente condenada, foi o fato de ter sete filhos consigo, argumento que usou para ser solta antes desses dois anos. Nas palavras irônicas da protagonista: “Estive lá um ano e tal, numa casa na Rua de Jesus, tinha de ser, os galileus tinham de prender os judeus na Rua de Jesus” (REAL, 2009, p. 42).

Após sua suposta liberdade, nesse meio tempo ousou fugir, num navio negreiro, para uma terra desconhecida, o Brasil-colônia, mas nem neste lugar onde a Inquisição não havia chegado poderia professar sua fé livremente. Este relato quanto a sua chegada à Olinda deixa claro tal fato:

O desconsolo é quando chega, desembarca, vista ao perto é igual a todas as terras, igrejas e mais igrejas do nazareno, colégios, conventos, não se podia andar um passo que não se caísse no átrio de uma igreja; percebi que ia continuar a ser cristã-nova, tinha de continuar a engolir a hóstia, a ajoelhar-me perante os galileus, a beijar o anel do bispo. O Diogo foi a primeira coisa

que me disse, sou cristão, ouviste?, disse ele, somos cristãos; até aqui no Brasil parece impossível, disse eu, mais longe do que longe de Roma. (REAL, 2009, p. 25-26)

Esse percalço não intimidou Branca a concretizar o que pretendia: fazer *esnoga* (sinagoga) em Camaragibe, localidade onde o governador Duarte Coelho confiou que administrassem um engenho. Aquela que na historiografia luso-brasileira iria ser conhecida como uma das primeiras senhoras de engenho, mestra laica de meninas e a primeira cristã-nova a fazer sinagoga no Brasil colonial açucareiro, fez realmente celebrações, conforme a Tradição Mosaica:

Quando vim para Camaragibe disse logo ao Diogo, temos de fazer esnoga, eu disse, estamos livres, disse eu, não há Santo Ofício no Brasil, disse eu, mal sabia que havia de chegar, já está na Bahia, daqui a uns três anos chega a Olinda, aí as minhas filhinhas; o Diogo respondeu, não sei, disse ele, temos que fazer esnoga, disse eu, e ele viu pelo meu dizer que tínhamos mesmo de fazer esnoga, e fizemos, o Diogo no princípio sempre contrariado, não sei, dizia ele, eu sei, dizia eu, e fizemos. (REAL, 2009, p. 120)

De fato, mesmo após a morte do marido, Diogo Fernandes, em meio a dificuldade de administração de engenho, ela continua a reunir os judeus de Pernambuco em sua residência, até tentavam disfarçar, “tudo era feito em segredo e em silêncio, mas os nazarenos bem percebiam, principalmente na Lua Nova de Agosto, nas festas de Kipur e Sacot” (REAL, 2009, p. 120). Dez anos depois da morte do marido, Branca faz residência em Olinda, e mesmo lá, uma cidade mais perto do poder central da Capitania, uma cidade com mais Igrejas e Mosteiros, sendo mais perigosa uma demonstração pública, continuavam a “judaizar”. Vale lembrar que o medo que circundava Branca Dias era a chegada do Visitador da Inquisição, Heitor Furtado de Mendonça, em Olinda, pois mesmo depois de morta poderia ser delatada, e as principais vítimas a serem perseguidas seriam suas filhas, como a própria relata:

Tenho medo de que as minhas filhas ainda venham a pagar rijamente por isso, elas que, coitadas, não percebiam nada do que se passava, vai ser difícil ocultar ao Visitador que durante anos e anos se fez esnoga em Camaragibe, [...] os cães vão saltar para cima das minhas filhas, eu já lhes conheço as manhas [...]. (REAL, 2009, p. 121)

Com a visita desses representantes no século XVI, filhos e netos desta matriarca foram presos, enviados para Lisboa, e julgados, alguns até queimados em fogueiras, a genealogia apresentada no quarto capítulo do livro realça essa afirmação histórica, esses dados no corpo da diegese enfatizam a ligação com a História (Cf. REAL, 2009, p. 34-35).

Por outro lado, não podemos deixar de observar o quanto o escritor Miguel Real é irônico. A paródia e a ironia, surgem através da intertextualidade, parodiar não consiste em destruir o passado “na verdade, parodiar é sacralizar o passado e questioná-lo ao mesmo tempo” (HUTCHEON, 1991, p. 165). Por isso, o romancista utiliza-a para reconstruir, fazer uma nova versão e proporcionar ao leitor novas reflexões. Miguel Real parece ter aceitado esse desafio de escrever uma ficção de cunho histórico, porque esse texto, em particular, opera em grande demanda a linguagem irônica remetente à historiografia:

O processo de ironização paródica que é levado a cabo situa-se na linha mais ortodoxa da nova forma de ficcionalizar o passado. § De igual modo, a inserção do duplo como reduplicação de tempos e personagens ou a representação do passado de modo simbólico correspondem a outras tantas actualizações que o romance dito histórico pode contemplar. (MARINHO, 2005, p. 19)

Paródia e ironia, de acordo com o pensamento desta ensaísta, são correlatos. Parodiar consiste em apresentar uma variante do passado, fazendo-o vincular-se ao presente, mas, de agora em diante repensado de maneira diferente, ou seja, infere-se “um novo sentido [...] a um texto preexistente” (MARINHO, 1999, p. 41). Uma das passagens que demonstram essa característica claramente é esta:

a Inquisição agarrou a nossa casa de Viana, ficou com ela, se voltasse a Viana de certeza que saberia que a casa foi vendida em praça pública e o dinheiro escapado para o cofre dos dominicanos, a casa onde nasceu e morreu a minha avó foi para às garras da Inquisição, desculpa avó, que vida, Branca Dias. (REAL, 2009, p. 105; sublinhado nosso)

Não é difícil perceber a intensa ironia nas expressões sublinhadas. Sem dúvida, a escrita da metaficção historiográfica, neste caso, chama a atenção do leitor para a questão da ganância da Igreja Católica. De fato, Herculano problematiza essa atitude fanática do regime inquisitorial de obrigar os cristãos-novos a aceitarem a fé cristã, sob penas diversas, segundo o historiador, “o zelo da fé não significava da parte deste senão o desejo de os espoliar, por via dos confiscos, das avultadas riquezas que possuíam” (2009, p. 218-219). Esta é a ótica que nos permite refletir na obra através do procedimento da ironia.

4.2 Elementos definidores da protagonista Branca Dias

Já é de nosso conhecimento as particularidades dos processos definidores elucidados por Cristina Vieira (2008) no segundo capítulo deste trabalho. Decerto, para a elaboração de uma entidade ficcional, o romancista precisa fazer uso de certos mecanismos a fim de construí-la de forma íntegra, consoante ao fato de não serem “formas vazias ou ‘puros operadores’” (AGUIAR E SILVA, 2009, p. 694).

Estes mesmos teóricos suscitam a relação dos termos personagem e ator, relacionando o “actor” dependente da ação narrativa, porém essa análise baseada na ação reduz o estatuto cultural da personagem (AGUIAR E SILVA, 2009). Por esse motivo resolvemos não adotar como sinônimas tais nomenclaturas, visto que a teoria da personagem como ator não dá suporte a construção demasiadamente complexa em todos os sentidos que Cristina Vieira interveio e os quais vamos apresentar a seguir.

Nos processos linguísticos, os primeiros citados por Cristina Vieira (2008), configuram-se os planos que a personagem emerge narrativamente, “na medida em que ela foi tecida de palavras pelo autor e é nesse mesmo suporte que ela é apresentada ao leitor” (VIEIRA, 2008, p. 39). A protagonista do nosso *corpus* de pesquisa, *Memórias de Branca Dias* (2009), como todo e qualquer ser inventado do romance, surge através desse processo primordial da desembraiagem: o indicador da personagem no plano enunciativo da narrativa. Segundo a ensaísta:

A desembraiagem se desdobra em dois processos linguísticos, obrigatoriamente presentes na construção da personagem romanesca, e que por sua vez regem todos os outros: a cataforização e a anaforização. A primeira consiste na inclusão inicial de um designador de personagem ainda desconhecido do leitor. [...] A cataforização ocorre sempre e apenas para introduzir pela primeira vez uma personagem na narrativa. § [A anaforização] significa a co-referência entre os designadores de uma personagem disseminados ao longo do texto e segue uma lógica de encadeamentos e de coesão interfrásicos. (VIEIRA, 2008, p. 45-46; acréscimo nosso)

No caso deste livro, temos uma síncrese da protagonista e da narradora, autodiegética, que são as mesmas. A Branca Dias idosa e vivida traz as reminiscências da sua vida quando criança, adolescente e adulta, tendo um relevo consubstancial na narrativa inteira. Portanto, a própria se apresenta no romance, vejamos neste fragmento: “apresentou-me ao Governador

Coelho, era Vossa Mercê para aqui, Vossa Fidalguia para acolá, esta é a minha senhora, Branca Dias a seu dispor, disse eu, aflita a compor os cabelos, a ajeitar o vestido” (REAL, 2009, p. 27). Esta conversação se baseia na chegada da matriarca ao porto de Olinda, quando seu marido a sua espera apresenta-a ao donatário da província de Pernambuco.

Assim, a designação da protagonista é feita de maneira motivada, procedimento que mostra quão rico e complexo é este processo. Acreditamos que Miguel Real não escolheu aleatoriamente esta personagem, dado que a motivação “pode ter raízes extra-textuais, ligadas ao contexto pessoal e histórico-cultural do autor” (VIEIRA, 2008, p. 111). Outra designação que compete ao romancista é titulação do livro, aqui, neste caso, temos o próprio nome da protagonista no título que ainda alude a temática de memórias. Com efeito, “o título é o lugar de maior destaque a que a personagem romanesca pode aspirar, sobretudo num romance, tipicamente povoado por uma miríade de personagens” (VIEIRA, 2008, p. 111).

Respectivamente, os processos retóricos também se auxiliam do plano linguístico para exercer função na constituição da personagem romanesca. Toda a vasta cadeia de argumentação de um romance assenta na retoricidade. De acordo com a ressalva de Vieira: “o romance é o género privilegiado da definição argumentativa da personagem, por constituir um espaço largo e aberto à complexidade, ao paradoxo e à contradição.” (2008, p. 143). Onde há um desvio na linguagem, ou seja, “um deslocamento autoconsciente na direção da forma do próprio ato de escrever” (HUTCHEON, 1991, p. 168). O excerto com a fala de Branca Dias, que mostraremos a seguir, deixa transparecer uma argumentação retórica acerca da insatisfação da vida que levou:

Gostava de ter sido feliz, toda a minha vida quis ser feliz, quase o consegui, embora tenha sido sempre o que nunca pude abertamente ser. [...] Nunca fui cristã, fui quase cristã; nunca fui judia, fui quase judia; nunca fui portuguesa, fui quase portuguesa; nunca fui brasílica, fui quase brasílica; quase professora de meninas, quase senhora de engenho de açúcar, quase mãe feliz, quase esposa feliz. (REAL, 2009, p. 32)

Nesta enunciação vemos um certo tipo de revolta. O paradoxo da vida dessa judia que nunca pode viver sua fé abertamente, como bem fala. O “quase” remete a um sentimento de inconformismo. Se não fosse a intervenção do Santo Ofício poderia ter sido judia, poderia ter vivido em sua terra natal, não precisaria ter feito a diáspora para o Brasil-colônia e viver numa terra desconhecida, onde a promessa de riqueza e prosperidade era apenas uma ilusão.

Nesta protagonista ressaltamos como ativos os argumentos baseados na estrutura do real, com a argumentação a base da aplicação de regras de justiça e a argumentação pela

reciprocidade. Estes tipos de argumentações são comuns em romances com forte carga ideológica, pois podem conter ironicamente a ridicularização de alguma regra, no caso desse livro, regras impostas pela Igreja Católica: “Chamavam-nos cristãs-novas, obrigavam-nos a ir à missa ao domingo, vigiavam a nossa casa ao sábado e tínhamos de nos confessar e comungar três vezes por ano, uma no Natal, outra na Páscoa e outra já não me lembro quando” (REAL, 2009, p. 69). Devido às regras implantadas pelo Catolicismo, era apropriado nos séculos XVI-XVII todos os portugueses terem uma vida religiosa ativa, porém nem todos eram cristãos fidedignos, principalmente os cristãos-novos que nem tiveram tempo de assimilar a nova religião de tão repentina que foi a conversão forçada.

Nos argumentos fundacionais da estrutura do real, percebemos o processo argumentativo da ilustração, que dá um relevo maior à protagonista em questão, dando ênfase no movimento e atuação desta no enredo. Também a ilustração pode se servir da ironia, no sentido “subjacente serve ora à ridicularização, ora à recriminação axiológica da personagem que desmente na acção ou nas palavras a ilustração feita a seu propósito” (VIEIRA, 2008, p. 178). Para exemplificar vejamos a rememoração da protagonista:

confirmei a denúncia de minha mãe e de minha irmã, que sim, que ao sábado metia camisa e beatilha lavadas e punha matulas novas nas candeias à sexta-feira, deixando esta acesa toda a noite, e acrescentei que jejuava em todos os dias prescritos pela Lei Velha, engolia logo a hóstia mal o padre ma servia, só não a trincava porque os outros percebiam, se não era logo uma trincadela, que só burros é que podem acreditar que o Messias está ali em corpo, ajoelhava-me em frente do Crucificado imaginando que era Adonai que estava presente, e não rezava o pai-nosso e a avé-maria, que os sabia, eu sabia, disse eu a Martim Afonso, mas em silêncio rezava a Adonai antigas preces que minha avó ensinara. (REAL, 2009, p. 41)

Aqui há uma contradição a respeito do que fora ilustrado anteriormente, no sentido de ter sido verdadeiramente convertida à fé cristã. Assume que não acredita no Deus católico e enfatiza continuar nos costumes da Lei Velha, a dos judeus. A narradora ridiculariza a fé cristã quando diz “que só burros é que podem acreditar que o Messias está ali em corpo” (REAL, 2009, p. 41). Ressaltamos que esta passagem também dialoga com argumentação pelo antítipo, pois “não deixa de realçar, explícita ou sub-repticiamente, a partir de vários critérios axiológicos, o distanciamento [...] face ao comportamento modelar esperado.” (VIEIRA, 2008, p. 179)

Nossa leitura da Branca Dias escrita por Miguel Real constata a argumentação baseada na estrutura frásica, justamente por conter um questionamento qualitativo e explicativo, que

remetem as seguintes perguntas: “a qualificação de determinada personagem deve ou não ser aceite? As justificativas dadas para as suas ações devem ou não ser questionadas?” (VIEIRA, 2008, p. 185). Pelo excerto já exposto acima, sugerimos uma reflexão: ora, será que na sociedade de então, haveria problemas na permissão de um comportamento tal qual demonstrado pela protagonista? Por outro lado, sabemos que no século que a protagonista viveu isso não era cabível, pelas leis religiosas vigentes do Catolicismo. Mas a literatura está a favor da problematização, embora falando do passado, a literatura está para servir o presente – palavras da epígrafe deste capítulo.

Nos processos retóricos-estilísticos percebemos o procedimento da metaforma, que diz respeito, segundo Vieira (2008), a desvios do uso padronizado e expectável da língua no registro epocal. O uso do pronome oblíquo repetitivo em: “Queria-me era a mim” (REAL, 2009, p. 72) ou o “connosco” (REAL, 2009, p. 24), segundo nosso entender, foi uma estratégia adotada para enfatizar a época que o romance histórico versa.

Sobre a linguagem usada por este escritor, esta caracteriza-se de maneira duplicada, ele procura conservar alguma característica da fala das personagens dos séculos XVI-XVII, porém não foge à modernização da escrita, pois para que hoje se entendesse a linguagem daquele período da história seria difícil. Dessa forma é importante que o romancista saiba lidar com essa linguagem, não esquecendo a essência do tempo retratado. Ainda na linguagem utilizada, não deixemos de postular a semelhança da escrita de Miguel Real com a de José Saramago, em relação a abundância de vírgulas e na presença das conversações apressadas e correlacionadas aos fatos, sem travessão ou comentário prévio do narrador. Procedimento este que Vieira classifica nos processos retórico-estilísticos, os quais são as:

transgressões grafemáticas subtrativas de travessões e as transgressões grafemáticas substitutivas de pontos finais e dois pontos (gramaticalmente esperados) por vírgulas [...], visando, por um lado, reproduzir na escrita o contínuo sonoro dos diálogos e, por outro, enfatizar na rapidez das alternâncias de vozes o ensimesmamento das posições de cada personagem e a pouca margem de atenção aos outros. (VIEIRA, 2008, p. 185)

Portanto, é através dos raciocínios da retoricidade que pode-se “assertar, negar, interrogar, provar, distinguir e assemelhar a personagem romanesca” (VIEIRA, 2008, p. 137) e não só isso, também na retórica estilística a sua identidade fica em jogo, podendo resultar ambiguidades e paradoxos.

Nos processos narratológicos, simultaneamente, o ato de contar faz a gênese da personagem no romance. Por ter caráter tipologicamente narrativo, esse gênero, permite o

advento do ser fictício, pois, sem ele, o texto literário perderia sua essência, se tornaria inviável, “não só enquanto funcionalmente indispensável para a concretização do processo narrativo, com o suporte da acção, que normalmente é, mas sobretudo como lugar preferencial de afirmação ideológica” (REIS; LOPES, 2007, p. 316). Dito em outras palavras, sem adentrar ao universo tipológico da narração, onde a ela tem o principal papel, como diz Vieira, ela é o “epicentro dos fenômenos narratológicos” (2008, p. 227), não estaríamos a falar de romance, gênero essencialmente narrativo.

No macroprocesso da ação a elaboração ocorre através da mediação de um plano discursivo, nisso o ser fictício poder adquirir “maior autonomia face à ação” (VIEIRA, 2008, p. 236). Além disso, considera-se no plano da ação dois tipos de personagens: as construídas *in praesentia*, que é o caso desta protagonista, um processo narratológico no qual as personagens são atuantes na diegese (VIEIRA, 2008) e *in absentia*. Branca Dias, comungava da presença espiritual da avó que a direcionava: “Eu sempre confiei em que o espírito da minha avó me ajudava, durante o dia dizia, obrigada avó, dizia eu,” (REAL, 2009, p. 82). A avó, genuinamente judia, é uma figura tutelar construída *in absentia*, pois personagens assim “não são actuanes nesse universo [...]” (VIEIRA, 2008, p. 237), é o que ocorre amiúde na narrativa, na qual a protagonista sente a presença espiritual da avó, principalmente quando estava em trabalho de parto:

e às tantas sentia chegar a minha avó, pronto, quando a minha avó chegava é que ia correr tudo bem, os olhos pulavam-se-me de fazer tanta força, ia escutando a minha avó a rezar e as dores vinham e desapareciam, tinha era de ouvir a minha avó a rezar, à noite, de mantelete sobre os ombros, balanceando-se para trás e para frente, curvada sobre a lamparina, escondendo-a, Adonai, Senhor, Tu és o meu Senhor, Adonai, Senhor, Tu és o meu rei, Adonai, Senhor, Tu és o meu benfeitor, Adonai, Senhor, Tu és o meu guia. (REAL, 2009, p. 52-53)

Certifica-se a recorrente referência à avó, porém, não podemos dizer que esse fato narrativo apaga o protagonismo de Branca, porque, na ação, “os protagonistas vão-se destacando das demais personagens por aparecerem em sequências que dispensam a participação de outras personagens, enquanto as personagens secundárias e figurantes, não detêm tal autonomia” (VIEIRA, 2008, p. 237). Fica claro, neste trecho abaixo, a autonomia de Branca Dias enquanto protagonista. Diogo, seu marido, e Pedro Álvares da Madeira têm apenas papéis secundários, só aparecem na diegese quando ela menciona alguma ação ou fala deles:

Tinha fugido de Lisboa, o Pedro Álvares, já tinha fugido da Madeira, queria partir para os Açores, nunca lá chegaria a Santa Inquisição, dizia ele, santa porra, se aquilo é santo!, decidiu partir para o Brasil quando ouviu dizer que era a Terra Sem Sal, dissera-lhe um judeu de Setúbal, se calhar o mesmo que disse a Diogo para ele fugir para Pernambuco. O Diogo queria fugir para Amesterdão ou para Londres, estavam a construir sinagogas gigantescas nessas cidades e o Diogo dizia, tenho dinheiro para chegar lá, depois mandote ir, mas um judeu de Setúbal disse-lhe que no Brasil ele enriquecia em dois dias, preciso era trabalhar no açúcar, havia padres mas não havia Inquisição. (REAL, 2009, p. 26)

Desse modo, é no processo narratológico da perspectivização monódica da narrativa, no qual há a relação direta da personagem principal com a ação central, que a protagonista é construída. Esse é o ponto fulcral da nossa pesquisa, aqui afirmamos que protagonistas precisam de processos para serem elaboradas. Assim, “a acção narrativa não é só um conjunto de eventos singulares, mas um complexo processo narratológico que participa na construção da personagem romanesca” (VIEIRA, 2008, p. 258).

Outro processo que influi na criação da entidade ficcional é a temporalização. Consideramos que o tempo da obra aqui analisada se baseia na estratégia da datação interpretativa, termo criado por Vieira (2008). Neste tipo de tempo, o romancista dá indícios da época, inferindo no romance fatos históricos ocorridos no ocasional período. No fragmento abaixo, em nenhum momento Real especifica datas:

Entre o baptismo em pé no Rossio de Lisboa e a chegada da Inquisição a Portugal, ainda que tivesse ouvido falar de matanças na judiaria de Lisboa, em Viana nenhum judeu foi perseguido, já nos tinham feito cristãos-novos, estavam sossegados, os nazarenos; sentiam-se bem, deixavam-nos em paz, durante uns anitos, até começarem a berrar que éramos marranos, judaizávamos. (REAL, 2009, p. 97)

O texto fala sobre o fato histórico do batismo forçado em 1497, promulgado pelo rei D. Manuel, e a instauração da Inquisição, em 1536, mas não cita os anos, por isso fica por responsabilidade do leitor interpretar quando sucedeu tal fato. A espacialização, também tem sua parcela de importância nessa construção. Dessa parte o que importa-nos é a motivação espacial, “o determinismo do meio, ao determinar-lhe ficcionalmente a vida e o caráter” (VIEIRA, 2008, p. 294). Branca Dias viveu em dois espaços, neste romance, em Viana (Portugal) e em Pernambuco (Brasil), estes espaços, com efeito, influenciaram o andamento da sua vida.

Em relação à focalização, podemos dizer que o escritor faz uso da focalização heterodoxa, que “permite que personagens individuais ou coletivas habitualmente

marginalizadas ganhem estatuto diferencial” (VIEIRA, 2008, p. 305). Sobre o tipo de narrador presente nesse texto em questão, consideramos ser autodiegético, pois verdadeiramente há uma síncrese entre a protagonista e a narradora:

Sentei-me atrás da porta da nossa alcova, e aí fiquei quase uma semana, jejuando peixe, água e pão, até que me levantei, bati duas palmadas e disse, vamos a despachar, que isto não é vida, Branca, tens doze filhos para criar, cinquenta escravos à tua espera e um engenho para fazer açúcar, tens encomendas nos trapiches para cumprir, se o Senhor levou o teu Diogo primeiro por alguma razão foi, que filhos sem pai criam-se, mas sem mãe não se educam, vamos à vida, Branca, que a alma do mundo guarde e proteja o Diogo. (REAL, 2009, p. 48)

Por conseguinte, a ideia que exista uma carga ideológica expressiva no romance é o que abordar-se-á nesse processo que desencadaremos agora. Não há como um gênero como o romance tão próximo das questões humanas, se desviar de tal característica. A personagem, na sua vez é o espelho resultante desses processos, sobretudo porque é uma “categoria fundamental da narrativa [e] evidencia a sua relevância em relatos de diversa inserção sociocultural e de variados suportes expressivos” (REIS; LOPES, 2007, p. 314; acréscimo nosso), por isso que a construção axial, depende dos demais processos linguísticos, retóricos, narratológicos e semiótico-contextuais para ter aprofundamento.

Ao buscarmos compreender os processos axiológicos, encontramos a carga ideológica que o romance oferece, uma vez que “é a força do binómio pessoa/personagem de romance que torna esta não apenas um entre meios responsáveis pela axiologização do texto, isto é, pela inscrição de valores axiológicos na tessitura romanesca, mas o veículo privilegiado desse fenómeno [...]” (VIEIRA, 2008, p. 347). O romance traz essa característica de sugerir ao leitor um pouco da sua realidade, de seus valores humanos e julgamentos sociais e é na personagem que essa axiologização se concretiza, juntamente com o poder avaliativo do leitor, participante ativo neste processo: “A axiologização suscita juízos de valor sobre a personagem que, podendo não estar manifestos na tessitura textual, são estimulados junto do leitor, ou seja, a axiologização contribui para a caracterização indirecta da personagem” (VIEIRA, 2008, p. 350).

O processo axial gera um mundo próprio, o textual, no qual abarca-se certos valores do mundo externo, o mundo do leitor, por isso não é possível a omissão deste processo. Por consequência, “cada leitor [...] constrói mais facilmente as personagens romanescas pelas identificações que realiza a partir do seu próprio universo de conhecimentos pessoais e inter-

textuais” (VIEIRA, 2008, p. 351). A interpretação dos valores, normas, ideologias do romance pode ocasionar aversão ou aceitação, por parte do leitor.

É pela ótica deste processo que o *Memórias de Branca Dias* se inscreve, pois “tanto a ficção como a história são sistemas culturais de signos, construções ideológicas cuja ideologia inclui sua aparência de autônomas e auto-suficientes” (HUTCHEON, 1991, p. 149). Os valores exigidos pela Igreja Católica se configuram estáticos de uma dada sociedade e período histórico. Enquanto as normas categorizadas pela Inquisição eram consideradas mais válidas que outras. A ensaísta cita um exemplo que se equipara com nossa pesquisa: “Por isso, a instituição que definia o que era ética e moralmente aceite e que sancionava as infrações às normas (a igreja papal) tinha mais poder do que as instituições político-judiciais” (VIEIRA, 2008, p. 359). Em termos axiológicos, Branca Dias por ser judia, isto é, uma cristã-nova que judaizava em sigilo, tinha atitudes e valores ideológicos que causavam repulsa à sociedade da época:

[...] nós tentamos disfarçar, tudo era feito em segredo e em silêncio, mas os nazarenos bem percebiam, principalmente na Lua Nova de Agosto, nas festas de Kipur e Sacot, a festa das cabanas; as carroças saíam de Olinda ornamentadas de ramos e espadanas os arcos das mulas todos floridos, as famílias todas empoleiradas abrindo a picada para Camaragibe, era impossível não dar nas vistas, iam-se ao campo comer, mas eram só cristãos-novos que iam, eles bem percebiam, lá vão eles judaizar, diziam eles, vão para Camaragibe judaizar, diziam eles. (REAL, 2009, p. 120-121)

Chama-se modalização o processo no qual o autor emprega um valor modal a personagem romanesca. A que ocorre acima no texto literário é a modalização veridictória. Esta relaciona-se com o verbo “<<ser>> a um predicado de estado, origina quatro modalidades que lexiacalizam quatro tipos de relações ser/parecer: a verdade, a mentira, a falsidade e o segredo” (VIEIRA, 2008, p. 361).

No entanto, analisando a protagonista, não encontramos a incidência de personalidade falsa, Branca Dias viveu em uma sociedade onde ser judeu era ser menor, diminuto, como qualificavam no julgamento Inquisitorial, por isso para escapar aos olhos vigilantes do Santo Ofício, não mostrava verdadeiramente sua essência, praticava sua fé em sigilo, e mentia para a sociedade cristã. Todavia, a mentira nem sempre é associada a falsidade: “surge como reacção individual a uma situação desconfortável em que a personagem se vê envolvida, face à qual não age com a coragem da verdade” (VIEIRA, 2008, p. 362).

Outro valor modal que associamos a essa judia é a modalização epistémico-emocional, em que opera o verbo <<crer>>, originando personagens confiantes na sua crença. No prólogo da narrativa há uma intensa oração ao Deus dos judeus, Adonai. A judia enfatiza ser a Lei Judaica a única que Deus quis, o povo judeu foi escolhido, ou seja, excluía as outras possibilidades de fé religiosa:

Adonai, meu Deus e Deus de meus pais, permiti, Senhor, livrar-me hoje e em todo o dia do malfeitor e da má obra, [...] Adonai, Senhor saboreia nossos rogos, imprimindo nas nossas bocas e nas bocas de nossos filhos e na dos filhos dos nossos filhos palavras Vossas, fazendo que verdadeiramente todos conheçam o seu Santo Nome e a sua Santa Lei. Bendito, Adonai nosso Rei e Rei de todo mundo, que escolheu em nós mais que em todos [...]. (REAL, 2009, p. 19)

A modalização factiva é outra observada nesta protagonista. A situação que comprovamos ser relacionada com este valor modal é quando a protagonista é presa junto com seus filhos e para não ser torturada, confessa suas culpas ao inquisidor. Esta modalização “indica que a intervenção da personagem X sobre a personagem Y, ao coincidir com a rejeição da personagem Y, consubstancia as modalidades de [...] intimidação, depreciadas se gerarem injustiça” (VIEIRA, 2008, p. 368). Autos-de-fé, torturas, são exemplos desse processo, no caso deste livro, se Branca não falasse conforme o interrogador queria ouvir ela seria torturada:

Sofri duas admoestações do cabrão do Martim Afonso, e eu sabia que à terceira ia para os calabouços da tortura, eu ouvia-os durante o dia, aos torturados na polé, gemidos, de frémitos, pareciam balidos, depois de novo berros, brados, pareciam ganidos; eu não conseguia suportar aquilo e acabei por confessar tudo. (REAL, 2009, p. 41)

As modalizações potestativa e volitiva incutem na ação do poder e não poder fazer e do querer. A primeira está relacionada com a liberdade, a impotência e a obediência. A segunda acarreta desiderato, recusa, resignação e aceitação. Embora Branca Dias não se encaixe em todas as modalizações, nesta ela ganha destaque, pois na potestativa ela fingia obedecer o regime inquisitorial, embora infringia-o: “jejuava em todos os dias prescritos pela Lei Velha, engolia logo a hóstia mal o padre ma servia, só não a trincava porque os outros percebiam, se não era logo uma trincadela” (REAL, 2009, p. 41). A volitiva dialoga com esta última, dado que a aceitação, mesmo involuntária, da prática da lei cristã “significa ter, ser ou fazer aquilo que a personagem não queria” (VIEIRA, 2008, p. 368). Portanto há uma

problematização axiológica nesta protagonista que foge à moralização de forma explícita, e proporciona ao romance uma esfera de debate quanto ao confronto a normas impostas e a partir disso ficamos a par de que “as personagens [...] remetem sem, antes de qualquer evento, [...] para um determinado horizonte de valores, para uma determinada ideologia” (AGUIAR E SILVA, 2009, p. 694-695).

Nos processos semiótico-contextuais, por sua vez, observamos a importância do contexto na elaboração da protagonista em questão. O contexto condiciona sua desenvoltura. Os elementos intratextuais e extratextuais dão significado ao contexto da obra, seja pela ação, tempo ou espaço ou pela intertextualidade: “manifestação formal de um desejo de reduzir a distância entre o passado e o presente do leitor e também de um desejo de reescrever o passado dentro de um novo contexto” (HUTCHEON, 1991, p. 157). Esses processos dão riqueza e ampliam o sentido da obra. O contexto histórico-cultural também é outro fator que pode proporcionar mudança isso porque “a extensão das personagens romanescas pode limitar-se ao texto, mas não a sua intenção, aberta ao contexto” (VIEIRA, 2008, p. 468).

A intencionalidade do escritor, no ato de construção do romance interfere na criação das personagens, e a reconstrução do leitor recria-as, muitas vezes se sobressaindo em relação ao texto literário, por isso é indispensável no romance: “Ela é o seu marcador tipológico e o organizador linguístico do texto narrativo” (VIEIRA, 2008, p. 368). Portanto, a dinâmica da narração só ocorre por causa do contexto linguístico em que ela se insere.

Correlaciona-se, nesta perspectiva, com a protagonista o processo chamado pesquisa documental, no qual o autor estuda fontes pertinentes para sua construção. Miguel Real, certamente fez uso desse esquema, buscando na historiografia a Branca Dias que *a posteriori* desenharia na ficção, porque “acontecimentos históricos marcantes, leituras feitas e exploração de arquétipos” (VIEIRA, 2008, p. 479) são alternativas que o romancista tem para compor sua obra literária. Para ilustrar traremos um exemplo da desconfiança das meninas da escola de Branca Dias, que sempre suspeitavam que a mestra judaizava:

E vai ser difícil que estas meninas, que agora já são senhoras, não delatem o que viveram na minha escola ao Heitor Furtado da Fonseca, ninguém no Pernambuco está a salvo da Inquisição e a melhor maneira de nos desembaraçarmos das suspeitas é lançarmos as suspeitas para cima dos outros, vai ser um regabofe de acusações contra Branca Dias e as suas filhas. (REAL, 2009, 136-137)

A referencialização é outro processo semiótico-contextual que há neste romance estudado e na personagem que o protagoniza, sabendo que “a conformidade às referências

históricas é uma exigência de figurativização referencializante, ao contrário do que sucede na construção de personagens que pretendem ser meramente verossímeis” (VIEIRA, 2008, p. 525). Para tanto, o romancista pode fazer uso, como já foi mencionado, da pesquisa prévia documental e da posterior figurativização realista. Nesta fala de Branca, há referência a uma das situações históricas em que ficou conhecida que foi ter administrado um engenho em pleno Seiscentos: “O Diogo morreu e não fui para Olinda, fiquei a tratar do engenho, devo ter sido a primeira mulher do Brasil a ser senhora de engenho” (REAL, 2009, p. 48). Para o autor afirmar isso, ele deve ter encontrado indícios concretos de que ela foi realmente o que diz ter sido, “logo as personagens romanescas são um dado cultural” (VIEIRA, 2008, p. 549).

Em suma, os processos semiótico-contextuais falam da possibilidade do escritor pensar no que vai projetar em seu romance, em especial na personagem romanesca. É o antecedente ao ato de escrever a obra, as motivações ou intenções que levam o autor a escrever determinado tipo de ser narrativo inventado. Assim, é certo que as ideias do contexto da obra influem na escolha do romancista, na recepção do leitor e na enunciação do ser fictício.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fruto do avanço literário contemporâneo, o romance histórico português ressurgiu em meio a um Portugal turbulento, com o intuito de exaltar a história do povo português e valorizar a nação numa linha universal (REAL, 2012). Em consequência disso, hoje sua publicação é assaz volumosa, porque desde a publicação de *Memorial do Convento* de José Saramago, em 1982, tem evoluído extraordinariamente. Neste sentido, reafirmamos a importância de se trabalhar com romances no meio acadêmico, justamente por sua influência na história de um povo, seja revivendo virtudes ou lembrando fatos malfazejos.

Nessa perspectiva, a obra em questão, *Memórias de Branca Dias*, contém sua importância nessa discussão, primeiro por ser um romance histórico, segundo por trazer em seu tecido literário reflexões de um passado obscuro de Portugal. Também, porque nos traz uma reflexão acerca das questões religiosas, a intolerância, a imposição, que infelizmente ainda ocorre em algumas nações do mundo, a citar os problemas religiosos, a relação tensa entre palestinos e judeus, na Síria com o grupo extremista Estado Islâmico e outros grupos radicais que atualmente assustam o mundo com seus ataques e ameaças.

Por isso, concordamos que não é vã a leitura dessa obra. Este livro traz consigo a possibilidade de repensar nossa cultura. Através de Branca Dias, conhecemos a vida de muitos dos judeus perseguidos, pois representa a nação judaica que sofreu com a desenfreada caça inquisitorial em meados de Seiscentos/Setecentos. Porém, não podemos dizer que sua rememoração a faz uma mulher com aspecto de vítima, pelo contrário, julgamos ser essa judia, projetada por Miguel Real, uma mulher guerreira que não baixou a cabeça para uma instituição tão cheia de força como era a Igreja Católica no dado período. Por isso, notamos na protagonista Branca Dias, uma mentalidade a frente das mulheres de sua época, menos romântica e mais real, menos submissa e mais altiva.

A partir dos elementos definidores utilizados por Miguel Real, prescritos por Vieira (2008), vimos que a personagem Branca Dias foi constituída, ao longo da narrativa, como uma mulher forte na sua crença, determinada e que partir de sua história verídica marcante não caiu no esquecimento e foi reproduzida na Literatura de modo a problematizar os valores que tinha e que o contexto da época não aceitava. Com efeito, esta protagonista foi elaborada de maneira complexa e consistente, com uma carga ideológica bastante ampla, fato que constatamos nos processos axiológicos apresentados nesse trabalho. Também observamos a

presença dos processos linguísticos, no que tange a desembraiagem, a cataforização e a designação. São poucos os processos encontrados nesse caso, no entanto, são fundamentais para o desenvolvimento do romance, visto que neles há muitos procedimentos e estratégias subjacentes.

Os processos retóricos foram outros que encontramos na personagem. Branca Dias usa argumentos para sustentar o desafio de ser judia em meio a proibição de tal religião. Identificamos, pois, os argumentos baseados na estrutura do real, os argumentos fundacionais da estrutura do real, a argumentação pelo antimodelo, a argumentação baseada na estrutura frásica, os procedimentos da metaforma e das transgressões grafemáticas subtrativas.

Nos narratológicos os principais processos que descobrimos na protagonista foram: a ação, concernente a sua construção *in praesentia* e na perspectivização monódica da narrativa; a temporalização com a datação interpretativa; a espacialização devido a motivação espacial; a focalização, no que diz respeito ao seu modo heterodoxo e o tipo de narrador que consideramos ser autodiegético. Desse modo, o relevo da personagem “resulta de uma escrita estratégica narratológica, eventualmente concertada com uma estratégia linguística” (VIEIRA, 2008, p. 248), concatenados ao investimento de processos de natureza axiais e semiótico-contextuais.

Nos processos axiológicos, os que afirmamos ter em abundância, justamente foram os que mais encontramos traços de afinidade com a protagonista, que enfatiza veementemente sua crença e a essência de seu ser. Equivalente aos processos propriamente ditos, acusamos as dadas modalizações utilizadas nesta personagem: a veridictória, a epistémico-emocional, a factiva, a potestativa e a volitiva.

Enfim, nos processos semiótico-contextuais, percebemos as motivações que levaram o romancista a escolher essa figura mítica da história luso-brasileira, pois “o autor condiciona, de forma mais ou menos sub-reptícia, a interpretação leitora” (VIEIRA, 2008, p. 384). Os processos usados aqui consistiram na intertextualidade, na intencionalidade do autor e na referencialização no tocante a pesquisa prévia documental e a figurativização realista. Portanto, a personagem romanesca é criada efetivamente através de dois elementos que se correlacionam: o texto narrativo, e a influência do leitor, todos os processos trabalhados aqui, “provêm desta relação dual” (VIEIRA, 2008, p. 238). Nessa pesquisa, constatamos que não é somente o romancista que constrói a personagem, o leitor, nós leitores, somos também praticantes ativos desta tarefa.

A partir deste trabalho, acentuamos que na personagem podemos encontrar o reflexo dos valores sociais e do contexto, por isso, enfatizamos a importância do conhecimento de sua estruturação, principalmente na metaficção historiográfica que traz vastas oportunidades de reflexão acerca dos fatos históricos realizados pelo ser humano. Linda Hutcheon relata que “reescrever ou reapresentar o passado na ficção e na história é – em ambos os casos – revelá-lo ao presente, impedi-lo de ser conclusivo e teleológico” (1991, p. 147).

Outrossim, esta pesquisa não se esgota por si só, uma vez que Branca Dias foi uma mulher notável na história luso-brasileira, tornando-se até uma figura lendária. Por isso, consideramos esse estudo relevante. No entanto, este trabalho é um pequeno esboço diante de tantas fontes para um assunto tão interessante e repleto de questionamentos. Há nesse *corpus* várias vias para novas pesquisas científicas significantes para os estudos literários, logo, esta pesquisa é apenas um recorte diante de inúmeras possibilidades. Todavia, esperamos ter contribuído algo de significativo para o campo acadêmico e que por meio desse trabalho possam surgir outras pesquisas mais aprofundadas.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. O romance: história e sistema de um gênero literário. In: _____ *Teoria da Literatura*. 8. Ed., Coimbra: Almedina, 2009.
- ANDERSON, Perry. *Trajetos de uma Forma Literária*. Scielo Brasil, Novos Estudos-CEBRAP, no77, 2007, pp. 205-220. Disponível em <www.scielo.br/pdf/nec/n77/a10n77.pdf> Acesso em: Abril/2014.
- CALAINHO, Daniela Buono. Houve queima de bruxas e autos de fé por aqui? In _____: Revista de História da Biblioteca Nacional. *Dossiê Inquisição*. Ano 7, Nº 73, Outubro 2011, p. 23.
- CANDIDO, Antonio. A personagem do romance. In: _____ *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- FLEITER, Bruno. Por que não foi criado um tribunal da Inquisição no Brasil? In _____ Revista de História da Biblioteca Nacional. *Dossiê Inquisição*. Ano 7, Nº 73, Outubro 2011, p. 27.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e Narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- GOMES, Carlos Magno. Leitura cultural e estudos de gênero. In: _____ *Rumos dos estudos de gênero e de sexualidades na agenda contemporânea*. (Org.) Antonio de Pádua Dias da Silva; Maria Goretti Ribeiro. Campina Grande: Eduepb, 2013.
- HERCULANO, Alexandre. *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*. 9. Ed., Dirigida por David Lopes. (1867-1942). Biblioteca Nacional Digital de Portugal, 2009. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/inquisicao.html>>. Acesso em: Abril/2015.
- HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-podernismo: história, teoria, ficção*. Tradução Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- LUKÁCS, György. *O Romance Histórico*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MEDEIROS, Aldinida. *Memórias de Branca Dias: uma releitura, no romance histórico contemporâneo, sobre judeus perseguidos*. *Historiæ*, Rio Grande 6, 2015, pp. 9-27.
- MARINHO, Maria de Fátima. *O Romance Histórico em Portugal*. Campo das Letras, Porto, 1999.
- _____. *Um poço sem fundo – Novas reflexões sobre Literatura e História*. Porto: Campo das Letras, 2005.
- PAIVA, José Pedro. Quais as diferenças entre as Inquisições? In _____: Revista de História da Biblioteca Nacional. *Dossiê Inquisição*. Ano 7, Nº 73, Outubro 2011, p. 24
- PAIVA, José Pedro; MARCOCCI, Giuseppe. *História da Inquisição Portuguesa: 1536-1821*. Lisboa: A esfera dos livros, 2013.
- PUGA, Rogério Miguel. *O Essencial Sobre o Romance Histórico*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2006.
- REAL, Miguel. *Memórias de Branca Dias*. 3. Ed. Lisboa: Quidinovi, 2009.
- _____. *O Romance Português Contemporâneo 1950-2010*. Alfragide – Portugal: Editorial Caminho, 2012.

- REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. *Dicionário de Narratologia*. 7. Ed., Coimbra: Almedina, 2007
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal – Estado, pátria e nação (1080 – 1415)*. Vol. I, 6. Ed., Lisboa: Editorial Verbo, 2009.
- VAINFAS, Ronaldo. O que a Inquisição veio fazer no Brasil? In _____: Revista de História da Biblioteca Nacional. *Dossiê Inquisição*. Ano 7, Nº 73, Outubro 2011, p. 21
- VIEIRA, Cristina Maria da Costa. *A Construção da Personagem Romanesca: Processos Definidores*. Lisboa: Colibri, 2008.
- WILKE, Carsten Lorenz. *História dos judeus portugueses – (Lugar da História)*, 1962. Lisboa: Edições 70, 2009.